

Medida provisória tranca a pauta do Plenário

PÁGINA 2



Ana Júlia

Senadores defendem ação para levar paz ao campo

PÁGINA 9



Patrícia Saboya

Projetos combatem exploração sexual

PÁGINA 8

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano XI — Nº 2.087/20 — Brasília, 28 de fevereiro a 6 de março de 2005 EDIÇÃO SEMANAL



LUÍZ CARLOS MURAUŠKAS/FOLHA IMAGEM

Agricultor colhe uvas no município cearense de Sobral: iniciativas para fortalecer regiões menos favorecidas receberão apoio da nova comissão

Comissão assume desafio de reduzir desigualdades

PÁGINA 7

Renan Calheiros pode criar esta semana comissão de senadores e deputados para propor mudanças

Senado busca forma de moralizar exame do Orçamento

Governo e oposição tentam esta semana avançar nas negociações para mudar as regras de análise e votação dos três projetos que disciplinam os gastos da União e planejam seus investimentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O Senado

está examinando proposta de Antonio Carlos Magalhães que torna o Orçamento impositivo (de execução obrigatória). Aloizio Mercadante apresentou emenda que acaba com a Comissão Mista de Orçamento nos termos em que funciona hoje. O assunto mereceu amplo debate em Plenário na semana passada.

PÁGINA 3

— cidadania

Ter ou não ter filhos? Planejar a família é direito de todos

PÁGINA 20



MOREIRA MARIZ

Constituição determina que homens e mulheres devem ter acesso a informações sobre planejamento familiar

GERALDO MAGELA



Fidelidade é prioritária na reforma política, diz Renan

PÁGINAS 4 E 5

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 17
FRASES	Página 17
VOZ DO LEITOR	Página 17
CONHEÇA O SENADO	Página 19

CONSÓRCIOS

Plenário do Senado aprovou projeto que regulamenta a criação de consórcios entre municípios, ou entre eles, os estados e a União. Iniciativa facilita prestação de serviços de saúde, educação, segurança, meio ambiente e conservação de estradas.

PÁGINA 10

JUDICIÁRIO

A velocidade de implantação da reforma do Judiciário supera as expectativas, conforme o senador José Jorge. Projetos que agilizam o exame de processos, ainda em análise no Senado, recebem atenção especial do presidente da Casa, Renan Calheiros.

PÁGINA 6

agenda

COMISSÕES SEGUNDA-FEIRA

11h – COMISSÃO EXTERNA “DOROTHY STANG”

Diligência – A comissão criada para acompanhar as investigações do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang realiza diligência na cidade paraense de Anapu, onde a freira foi morta. O colegiado promove audiência pública na câmara de vereadores. Entre os convidados, o prefeito da cidade, Luiz Reis Carvalho; o prefeito de Porto de Moz, Edilson Cardoso Lima, além dos presidentes da Associação dos Madeiros de Anapu, Leivino Ribeiro de Souza; da Associação de Produtores Rurais da Terra do Meio, Laudí José Witeck; da Comissão Pastoral da Terra, padre José Amaro de Souza; e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Francisco de Assis dos Santos Souza.

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Dedução – O primeiro item da pauta da CAE é a proposição que permite a dedução integral das despesas de educação na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física. A matéria já foi analisada pela Comissão de Educação (CE). **Autor:** ex-senador Carlos Wilson. **Relator:** senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Isenção – O colegiado examina ainda projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Importados (IPI) incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual (PLS 206/02). **Autor:** senador Roberto Saturnino (PT-RJ). **Relator:** senador César Borges (PFL-BA).

Crédito rural – Consta ainda na pauta da CAE projeto que determina a repactuação e o alongamento das dívidas de crédito rural (PLS 517/03). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

11h – EDUCAÇÃO

Mensalidade – A comissão deve analisar proposta determinando que as anuidades das faculdades e universidades particulares sejam proporcionais ao número de disciplinas que o estudante cursar. **Autor:** senador Duciomar Costa. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

11h30 – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Instalação – Será realizada a reunião de instalação do colegiado, criado na última semana. A comissão deve ter o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) como presidente e Flávio Arns (PT-PR), como vice.

14h30- INFRA-ESTRUTURA

Energia – A comissão discute projeto que regulamenta a utilização de fontes energéticas pelos muni-

Plenário

SEGUNDA-FEIRA - 14h30: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA - 14h30: Sessão deliberativa

Diamantes - Tranca a pauta de votações a medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal a arrecadar por 15 dias os diamantes brutos já extraídos pelos indígenas cintas-largas nas áreas indígenas Roosevelt, Serra Morena, Aripuanã e Parque Indígena Aripuanã (MP 225/04). Os diamantes serão leiloados pela Caixa, que depositará o dinheiro arrecadado com a alienação em contas indicadas pelos índios ou suas associações, descontados os encargos. A medida foi editada na tentativa de minimizar os conflitos entre índios e garimpeiros na região. **Autor:** Poder Executivo

Os itens a seguir só podem ser examinados depois da votação da medida provisória acima, que, por ter prioridade, tranca a pauta de votações.

Exploração sexual - Na pauta, em regime de urgência, projetos oriundos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual: PLS 253/04, 245/04 e 255/04.

Águas subterrâneas - Também está em discussão proposta (PEC 43/00) que define como bens da União os lagos, rios e correntes de águas em terrenos da União, ou que banhem mais de um estado, sirvam

de limites com outros países, se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. **Autor:** ex-senador Júlio Eduardo. **Relator:** ex-senador Lúcio Alcântara.

QUARTA-FEIRA

11h: Sessão especial

Homenagem - Sessão em homenagem ao economista e ex-ministro do Planejamento Celso Furtado. O pesquisador morreu em 2004.

14h30: Sessão deliberativa

Educação infantil - Caso a pauta de votações seja destrancada, os parlamentares poderão votar, em primeiro turno, a proposta que obriga o Estado a garantir educação gratuita e compulsória nas creches e pré-escolas para as crianças de 0 a 6 anos (PEC 40/03). **Autores:** senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e outros. **Relator:** senador Tião Viana (PT-AC).

QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa

Plano Nacional de Cultura - O Plenário poderá realizar a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta, originária da Câmara, que institui o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/03). **Autores:** deputado Gilmar Machado (PT-MG). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

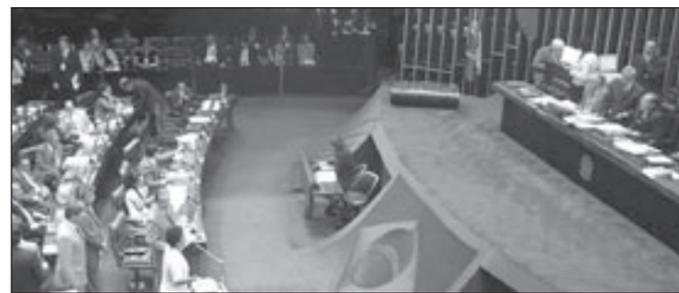
Investigação – Outro requerimento em votação pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) que informe à comissão se foram concluídas as tomadas de contas especiais no município de Bacabal (MA), além de notícias sobre as razões de eventual atraso na conclusão dos processos.

14h – COMISSÃO MISTA MP 232/04

Impostos – Promove audiência pública com a participação do presidente da Associação Comercial do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. A comissão mista discute a Medida Provisória 232/04, que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física e aumenta de 32% para 40% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a ser paga pelos empresários do setor de serviços e pequenos agricultores.

18h30 – COMISSÃO EXTERNA “DOROTHY STANG”

Audiência – O colegiado realiza audiência pública. Foram convidados os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e do Meio Ambiente, Marina Silva; o secretário de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, além dos presidentes do Inbra, Rolf Hackbart, e do Ibama, Marcus Luiz Barros.



Medida provisória sobre exploração de diamantes em reserva indígena tem prioridade e, se votada, libera pauta do Plenário

Comissão mista examina MP que altera tabela do Imposto de Renda

A Medida Provisória (MP) 232/04, editada pelo governo no dia 30 de dezembro, começou a ser discutida pelo Congresso na semana passada, com a instalação de comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a matéria. O colegiado tem como presidente o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Nesta quarta-feira, será realizada audiência com Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, uma das entidades que se manifestaram contra o texto.

A MP corrige a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, reduzindo dos trabalhadores com carteira assinada o imposto que é descontado na fonte. No entanto, para fazer frente à queda da receita, o governo inclui no texto aumento no Imposto de Renda, de 1% para 1,5%, de produtores rurais. Está prevista também a elevação da base de cálculo, de 32% para 40%, para os prestadores de serviços.

O PFL já anunciou posição contrária à MP e determinou a punição, com o cancelamento da filiação, dos parlamentares que não seguirem a decisão do partido. De acordo com Paulo Octávio (PFL-DF), as repercussões da MP serão mais críticas para micro e pequenas empresas do setor de serviços.

O próprio governo já admite

mudanças na medida. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a MP está sujeita a discussão, podendo ser modificada e aperfeiçoada.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que recebeu líderes empresariais na semana passada, se comprometeu a trabalhar para uma solução negociada “de forma a não punir a sociedade e setores vitais para a nossa economia”.

Na pauta do Plenário para esta terça-feira estão incluídos, em regime de urgência, projetos oriundos da CPI da Exploração Sexual que tornam mais dura a punição para crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Na quarta-feira, a partir das 11h, será realizada sessão especial destinada a reverenciar a memória do economista e ex-ministro Celso Furtado, falecido em 20 de novembro do ano passado. A partir das 14h30, haverá sessão deliberativa, quando serão discutidas propostas de emenda à Constituição (PECs), como a que torna obrigatória a educação infantil para crianças de zero a 6 anos de idade (PEC 40/00).

Na quinta-feira, o Plenário realiza a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 57/03, que institui o Plano Nacional da Cultura.

Na segunda e na sexta-feira, os senadores realizam sessões não deliberativas, a partir das 14h30.

Plenário começa a examinar propostas da CPI da Exploração Sexual

CÂMARA

Deputados podem votar PEC paralela

Anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), como um dos itens da pauta da Casa para esta semana, a PEC paralela pode ser agora objeto de consenso entre os parlamentares. A proposta elaborada pelo Senado complementa a reforma da Previdência Social, instituída pela Emenda Constitucional 41/03. A mudança na Constituição só foi aprovada pelo Congresso por conta do compromisso político firmado pelos parlamentares em torno da PEC paralela.

No ano passado, a proposição estava entre as matérias a serem analisadas pela Câmara, mas não houve acordo das lideranças partidárias sobre os destaques apresentados pelos deputados. A PEC restabelece a inclusão de todos os tipos de

verbas e acumulação de pensões nas remunerações, além de excluir as verbas indenizatórias do teto dos benefícios previdenciários e instituir novamente três subtetos para o valor das aposentadorias dos servidores.

Nesta terça-feira, a Medida Provisória (MP) 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), deve trancar a pauta do Plenário da Câmara. Com a MP editada em novembro do ano passado, o governo pretende incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares. O texto da medida estabelece, entre outras coisas, que pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte sejam beneficiárias do programa.

GASTOS DA UNIÃO Congresso avança nas discussões para mudar regras de tramitação de proposta orçamentária



Pedro Simon lembra que CPI dos Anões revelou esquema de corrupção



Tião Viana reconhece que modelo atual prejudica imagem do Congresso

Consenso na Casa: é preciso mudar regras

Ao defender sua proposta de emenda constitucional que torna obrigatório o cumprimento do projeto orçamentário aprovado pelo Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou pesadamente os métodos de trabalho da Comissão Mista de Orçamento.

– Acontecem coisas inacreditáveis nas madrugadas frias da Comissão de Orçamento.

Quase todos os senadores que ocuparam a tribuna para discutir a proposta criticaram a atual forma de elaboração, votação e execução da lei orçamentária.

Alguns foram taxativos, como o líder da Minoria, Sérgio Guerra (PSDB-PE), para quem “o Orçamento virou uma grande farsa e os burocratas do governo fazem o que querem com as emendas do Congresso”.

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a CPI dos Anões

do Orçamento descobriu como funcionava o esquema de corrupção. Tião Viana (PT-AC) observou que o modelo atual “leva a dúvidas sobre a idoneidade” do Congresso quando trata do Orçamento. Almeida Lima (PSDB-SE) disse que a liberação das emendas de parlamentares “virou um balcão de negócios”, enquanto Sibá Machado (PT-AC) advertiu que os prefeitos e governadores poderão enfrentar problemas sérios com o orçamento impositivo.

Para o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), “o Congresso finge que discute o Orçamento e o governo finge que ele será executado”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) lamentou que a tramitação do Orçamento e a liberação das emendas parlamentares “contribuam para o descrédito do Congresso perante os eleitores”.

"Queda-de-braço" entre Executivo e Legislativo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi relator do Orçamento 2005, concordou que, “do jeito que está, não pode mais continuar”, mas acredita que exista espaço para tornar o Orçamento mais racional. Marcelo Crivella (PL-RJ) também criticou o atual processo.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou apoio à emenda. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que a questão orçamentária, em todos os países e “em tempos imemoriais”, sempre foi “uma queda-de-braço” entre o Executivo e o Legislativo.

O primeiro passo para resolver o chamado custo Brasil passa pela moralização do Orçamento da União, disse Heráclito

Fortes (PFL-PI).

Para Hélio Costa (PMDB-MG), o Congresso deveria encontrar a fórmula do equilíbrio orçamentário entre receitas e gastos públicos antes de impor o cumprimento rigoroso da proposta orçamentária da União. Mão Santa (PMDB-PI) pediu a reavaliação da repartição de receitas federais entre estados e municípios.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), depois do longo debate travado, a conclusão é que a Comissão de Orçamento está desmoralizada. Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a aprovação da PEC 22. Para ela, a medida é importante como forma de instituir um mecanismo para acabar com a corrupção.

Senado quer moralizar exame do Orçamento

Às voltas com o ficcionismo em que se transformou o Orçamento federal e críticas que desacreditam a Comissão Mista de Orçamento, tanto governo quanto oposição tentam esta semana avançar nas negociações para mudar as regras de tramitação, análise e votação dos três projetos de lei – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) – que disciplinam os gastos da União e planejam os seus investimentos.

Uma comissão de senadores e deputados deve ser criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para propor alterações na Resolução n° 1 do Congresso Nacional, que define as normas para a atuação das duas Casas no processo orçamentário. Como a resolução expira em março,

a comissão terá prazo apertado para finalizar os seus trabalhos.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), deve entregar a Renan, nesta semana, documento com propostas para mudar as regras de tramitação do Orçamento. Elaborado em conjunto com as consultorias técnicas da comissão nas duas Casas, o documento sugere desde a aprovação da lei complementar prevista na Constituição para regular os orçamentos

públicos federais, aperfeiçoamentos como inclusão no cálculo do superávit fiscal dos valores que não foram pagos no exercício anterior, inscritos em restos



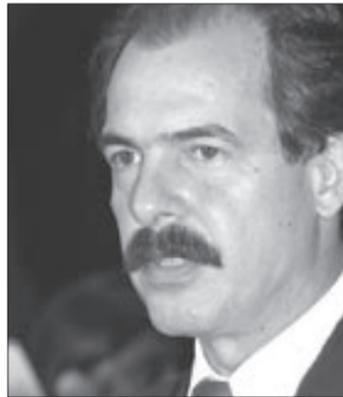
Antonio Carlos Magalhães é autor da proposta de orçamento impositivo

a pagar, adoção de créditos plurianuais para evitar as obras inacabadas, até mudança no exercício fiscal e transição para o orçamento impositivo.

Mercadante sugere fim de comissão mista

Uma decisão da liderança do governo, na quarta-feira (23), adicionou ingrediente novo às discussões e colocou a matéria também na esfera da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), agora presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Entre as quatro emendas apresentadas pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) à proposta de emenda constitucional do orçamento impositivo (PEC 22/00), de autoria de Antonio Carlos, há uma que acaba com a Comissão de Orçamento nos moldes em que funciona hoje.

Inspirada no sistema norte-americano, a emenda determina que os três projetos de lei e os pedidos de crédito adicional tramitariam na Câmara e no Senado seguindo um percurso



Aloizio Mercadante

semelhante às propostas que são encaminhadas pelo Executivo. Ou seja, seriam analisados e votados nas comissões temáticas das duas Casas, embora com prazos regimentais bem definidos. “Isso engajaria os parlamentares nos debates sobre as políticas pú-

blicas. O que é mais importante para a Comissão de Educação do que discutir o orçamento para educação? Ou a de Agricultura sobre agricultura?”, sustentou Mercadante.

No lugar da Comissão de Orçamento seria criada uma comissão de sistematização para dar as grandes diretrizes do processo orçamentário e consolidar as propostas discutidas e votadas nas comissões temáticas. Essa proposta de Mercadante, endossada por vários senadores durante os debates sobre o orçamento impositivo, poderia eliminar a votação do Orçamento nas sessões do Congresso Nacional, onde, na avaliação do líder do governo, os debates têm sido precários e superficiais, sem assegurar a representatividade das duas Casas.

A pressão das manobras regimentais

Desde 1988, com a promulgação da última Constituição, que assegurou maior participação do Legislativo no processo orçamentário, as votações de créditos suplementares e especiais e dos três projetos de lei do Orçamento federal só ocorrem por acordo entre as lideranças para contornar a pequena presença de deputados e senadores em Plenário. Entretanto, nos últimos anos, tornaram-se freqüentes as manobras regimentais de pedido de verificação de quórum para pressionar o governo.

O exemplo mais lembrado pelos integrantes da Comissão de Orçamento foi a obstrução do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) em troca da liberação para a prefeitura do Rio de Janeiro, comandada pelo seu pai, César Maia, de recursos provenientes de depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil. Essa manobra emperrou as votações no Con-

gresso e expôs a fragilidade do regimento que disciplina a tramitação orçamentária. O mesmo expediente de verificação de quórum também foi acionado pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR) para exigir um compromisso de mudança na Resolução n° 1.

Emendas seriam só de comissão

O que estava em jogo era a queda-de-braço entre Câmara e Senado sobre o acréscimo de três emendas de bancada para os senadores. Sem acerto sobre novas regras, o então presidente do Senado José Sarney acabou prorrogando a resolução do Congresso, mantendo no Orçamento de 2005 o aumento nas emendas de bancada, que variam de 18 a 23, dependendo do número de parlamentares.

Mas a proposta do líder do governo é acabar com as emendas de bancada e as individu-

ais. Segundo Mercadante, o novo processo orçamentário manteria apenas as emendas de comissão. Consciente das resistências de muitos parlamentares a essa proposta, ele acha que sua principal contribuição foi colocar o assunto em pauta.

Outra de suas quatro emendas determina que o orçamento impositivo seja adotado pelos estados, municípios e Distrito Federal. Haveria um plano de transição para o Orçamento deixar de ser autorizativo. Essa implantação progressiva teria prazos definidos em lei complementar, conforme outra emenda. A quarta modificação acaba com a exigência contida na PEC 22 de que os gastos sejam detalhados por estado, o que envolveria, além dos 26 estados e do DF, os 5.563 municípios do país. “Seria um trabalho legiferante hercúleo e irracional”, justifica.



REFORMA POLÍTICA

A fidelidade partidária, o financiamento exclusivamente público para campanhas eleitorais, a fixação de um limite para que partidos tenham acesso a recursos públicos ou à TV e a adoção do modelo de listas fechadas de candidatos a cargos proporcionais são quatro dos mais polêmicos pontos da reforma política

incluída na agenda do Congresso Nacional pelas declarações dos novos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. O *Jornal do Senado* acompanha o debate e mostra quais as normas e os modelos de organização partidária e sistemas eleitorais adotados em outros países.

Fidelidade partidária é objetivo de Renan

A falta de fidelidade partidária no Brasil é um dos principais problemas do sistema político nacional na opinião do presidente do Senado, Renan Calheiros. Essa questão foi evidenciada nas trocas de legenda observadas no início deste ano, que fizeram a bancada do PMDB na Câmara, por exemplo, sair de 75 para 94 deputados e, em uma semana, voltar a ter 86 parlamentares.

Depois de promover debates sobre a reforma política na última semana, Renan concluiu que um bom começo seria alterar os regimentos do Senado e da Câmara determinando que é o resultado da eleição que fixa a proporcionalidade entre os partidos para cálculo do preenchimento de cargos na Mesa diretora e comissões permanentes.

– Precisamos pôr termo à migração de parlamentares, que enfraquece os partidos. Surgiu essa idéia boa, de começar pela mudança dos regimentos – disse.

A reforma política pode ser aprovada aos poucos, com mudanças a curto, médio e longo prazos, segundo o senador Efraim Morais (PFL-PB), "mas é

preciso discuti-la em seu conjunto", assinalou em Plenário.

Nos EUA, troca de legenda é exceção

Somente na legislatura passada, 250 deputados brasileiros mudaram de partido, alguns até três vezes.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, em cem anos, menos de 30 deputados trocaram de partido. Consolidado há mais de 200 anos, o sistema democrático americano nunca foi interrompido.

O poder político está dividido nesses dois séculos virtualmente entre o partido Democrata e o Republicano (ainda que existam cerca de 40 legendas registradas).

Por isso, a fidelidade partidária é implícita e muito forte: são raros os casos de político que muda de partido, pois ele passa a ser visto pelo eleitorado como "pouco confiável".

Isso se reflete também nas altas taxas de reeleição (entre 60% e 80%).

Na Alemanha, partidos sólidos e voto distrital misto favorecem a estabilidade e inibem a infidelidade.

No país, existem pelo menos dezenas de partidos registrados (somente seis, atualmente, com assento no Bundestag, o Parlamento), porém os dois maiores

– social-democrata e democrata-cristão – têm governado alternadamente mediante coalizões com legendas menores, como os liberais ou os verdes.

Segundo estudos de Lúcio Reiner,

consultor legislativo da Câmara dos Deputados, são escassos os exemplos de troca de partido, pois as correntes políticas que cada um representa são tão opostas que seria difícil explicar ao eleitor uma mudança.

– O voto distrital misto possibilita maior contato do parlamentar com as bases e permite, também, representação dos candidatos com projeção nacional. Partidos pequenos precisam de um mínimo de 5% dos votos na-

Para senador, migração de parlamentares enfraquece partidos



GERALDO MAGELA

Para combater o troca-troca de partido, Renan acolhe idéia de alteração dos regimentos internos surgida em reunião dos líderes

cionais para serem representados facilitando as coligações que garantem estabilidade ao governo – avalia o consultor.

Marcas ideológicas pressupõem fidelidade

Na França, a lei não fixa regras e a fidelidade partidária é uma questão interna dos partidos. Mas não há registro de mudança de espectro político, ou seja, do partido socialista para centro-

direita, por exemplo.

Na esquerda, observaram-se algumas dissidências malsucedidas no Partido Socialista e no Partido Comunista.

No centro e na direita, que nas seis últimas décadas registraram mudanças de nomenclatura nas principais agremiações, a recém-criada (2002) União para o Movimento Popular (UMP) sucedeu o antigo RPR e hoje governa com o presidente Jacques Chirac.

Campanha financiada pelo Estado

O financiamento público das campanhas já foi aprovado no Senado e em Comissão Especial da Câmara e é ardorosamente defendido por duas importantes lideranças políticas do governo: o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

– Vejo apenas um caminho: o financiamento público exclusivo, com regras de propaganda rígidas e predefinidas, para que não haja qualquer tipo de abuso do poder econômico ou desvio de conduta na atividade político-partidária – declarou Mercadante, em Plenário.

Já o ministro José Dirceu prometeu, em setembro passado, que o governo se empenharia na aprovação da reforma política.

– O país precisa de uma reforma política, de financiamento público de campanha, regras para filiação partidária, fortalecimento dos partidos

e da democracia. E tenho certeza de que o Congresso fará essa reforma no ano que vem.

Dificuldade de eliminar influência econômica

Durante debate no Congresso Nacional, em 2003, o cientista político norte-americano David Samuels manifestou-se contrário à instituição da medida no Brasil.

– As experiências demonstram ser muito difícil eliminar a influência dos interesses econômicos na política. Na Alemanha, França e Estados Unidos, as pessoas sempre acharam um jeito de burlar as leis. Na Itália, o financiamento público de campanha foi instituído em 1974 e, em 1993 entrou em colapso, sendo substituído pelo sistema misto.

Na Alemanha, a lei estabelece que se dispute a eleição e o candidato recebe o ressarcimento de suas despesas eleitorais após o resultado. A teoria é a seguinte: em disputa com igualdade (relativa) de chances, evita-se a interferência do poder econômico. O ressarcimento não é baseado em situação anterior em que haja beneficiários concretos.

Na Argentina, não há limites legais para os gastos de campanhas. A legislação, em vigor desde 1985, após o fim do regime militar, determina que as

contribuições aos partidos políticos poderão ser privadas ou públicas. Estão proibidas as doações anônimas. Doações comprovadamente ilegais sujeitarão os infratores (doador e receptor) à cassação dos direitos políticos.

As campanhas recebem fundos públicos em função dos votos obtidos pelas legendas ou coligações, pagos a cada ano da legislatura, independentemente de haver ou não eleições. O Fundo Partidário Permanente é dotado de recursos do Orçamento da União, do qual 20% servem para cobrir despesas de administração dos partidos políticos representados no Congresso Nacional (com mais de 2% dos votos válidos) e outros 60% restantes são repartidos em função do quociente eleitoral. Os partidos políticos com representação parlamentar recebem anualmente contribuições equivalentes aos votos obtidos nas últimas eleições para deputado federal; as demais legendas recebem, cada uma, US\$ 50 mil por ano.

Em Portugal, por outro lado, não há financiamento público, exceto o tempo cedido pelas emissoras de rádio e TV à propaganda eleitoral, que é pago pelo Estado. A lei que trata das finanças eleitorais proíbe contribuições em dinheiro de pessoas jurídicas e físicas ou entidades estrangeiras. Nas eleições para presidente, as despesas máximas estão fixadas em 125 mil euros. As contribuições só podem ser efetuadas por membros do partido ou pela própria legenda.

Nos EUA, regras flexíveis demais

No rastro do escândalo da Enron, que revelou vultosas contribuições da empresa a partidos e candidatos na década de 90 (entre eles o presidente George W. Bush), os Estados Unidos retomaram o debate, iniciado nos anos 70, sobre a necessidade de nova legislação para financiamento de campanhas eleitorais. Aprovadas em 2002, as regras todavia não passaram no primeiro e decisivo teste das urnas. O jornal *The New York Times* revelou que a campanha eleitoral de 2004 foi a mais cara de todos os tempos, com gastos estimados em US\$ 3 bilhões para a Presidência e Congresso e US\$ 1 bilhão para as disputas estaduais. O valor é 50% maior que o das eleições presidenciais anteriores, quando foram gastos US\$ 607 milhões no embate Bush-Al Gore.

As flexíveis regras eleitorais norte-americanas permitem que partidos e grupos de apoio gastem somas ilimitadas em anúncios de TV. Ainda que não puguem diretamente o voto em um candidato, as propagandas são facilmente associadas pelos eleitores a um concorrente. Grupos de apoio despejaram milhões em propaganda, malas-diretas, grande parte do valor advindo de fontes não reveladas (o chamado *soft money*, recurso usado pelas grandes corporações econômicas para injetar dinheiro nas campanhas dos candidatos dispostos a defender seus interesses).

Os candidatos a cargos públicos nos EUA dependem normalmente de quatro fontes para fundos de campanha: (1) contribuições diretas de pessoas; (2) partidos políticos; (3) grupos de apoio, quase sempre por meio de comitês de ação política; e (4) recursos pessoais e da família. Uma quinta fonte – recursos públicos – também tem estado disponível em algumas eleições, sobretudo nas eleições presidenciais, desde a década de 1970.



Lei aprovada pelo Parlamento de Portugal proíbe contribuições aos partidos políticos

REPRODUÇÃO/EMBAIXADA DE PORTUGAL

REFORMA POLÍTICA



FRÉDÉRIC DE LA MURE/IM.A.E.

Eleições de 2002 na França: cinco partidos ocupam 554 das 577 cadeiras do Parlamento

Maioria dos europeus adota a lista fechada

Durante conferência internacional sobre reforma eleitoral, em 1885, o belga Victor Hondt, propôs nova forma de representação: a proporcional. Foi o pioneiro no sistema de listas de candidatos por partido. As resoluções da conferência recomendavam a adoção do modelo proposto por Hondt, afirmando que o sistema majoritário “viola a vontade do eleitor, provoca fraude e corrupção e pode dar uma maioria de cadeiras para uma minoria do eleitorado”.

A Bélgica tornou-se, assim, em 1899, o primeiro país a adotar o sistema de listas, seguida pela Finlândia, Suécia, Holanda, Suíça, Itália, Alemanha, Noruega, Dinamarca e Áustria. Por esse sistema, cada partido apresenta uma lista de candidatos; as cadeiras no Parlamento são distribuídas entre os partidos de acordo com o percentual recebido de cada um deles.

Atualmente, a maioria dos

países da América Latina (como a Argentina) e Europa (inclusive França e Inglaterra) adota o sistema proporcional com a lista fechada de candidatos. O partido escolhe os nomes e a ordem em que eles serão colocados na cédula de votação. A Alemanha, por sua vez, concebeu um sistema misto, em que metade dos deputados se elege pelo sistema majoritário e metade pelo proporcional.

Quociente eleitoral é uma forma de limitação

No Chile, na Finlândia e na Polônia o eleitor escolhe exclusivamente o candidato. O Peru adota um sistema de voto preferencial: os partidos apresentam uma lista de candidatos, mas os eleitores podem escolher um ou dois. Apurados os votos, elegem-se em primeiro lugar os que foram escolhidos pelos eleitores; os demais postos do partido são preenchidos pela ordem da lista partidária.

O quociente eleitoral, tal como existe no Brasil, constitui-se uma primeira forma de limitação do quadro partidário e restrição ao funcionamento de pequenas legendas. No sistema de lista aberta, o eleitor vota no candidato. A soma dos votos em todos os candidatos do partido é a base de cálculo para a divisão proporcional das cadeiras.

O Brasil é um dos poucos países do planeta que ainda usa o sistema proporcional com a chamada lista aberta de candidatos. O sistema adotado a partir de 1986 permite que o eleitor escolha o candidato ou dê o voto na legenda. O voto partidário é contado no cálculo das cadeiras que cabem à legenda, mas são os candidatos mais votados, pela ordem, que ganham o mandato parlamentar. Também é permitida a coligação nas eleições proporcionais, isto é, se cinco partidos estiverem coligados, a contagem de cadeiras será feita como se a coligação fosse um único partido.

Cláusula de barreira impõe limites para representação

Um outro instrumento utilizado para limitar o quadro partidário, que se soma ao quociente eleitoral (adotado no Brasil), é a cláusula de exclusão, ou de barreira. Normalmente, essa cláusula exige uma porcentagem mínima de votos para que um partido possa ter representação parlamentar. Na Alemanha, se não alcançar 5% dos votos em escala nacional, o partido não tem direito à representação no Parlamento (Bundestag). Em consequência, pode ser excluído também do financiamento ou do acesso à televisão.

O Brasil é o único que tem uma cláusula unicamente baseada na combinação entre número de cadeiras a serem ocupadas em cada um dos 26 estados e o DF e a fórmula eleitoral, isto é, no quociente eleitoral estadual. Em outras democracias esse patamar é local, mas são levados em consideração um mínimo de votos igual em todos os distritos (Bélgica, Polônia), ou nacionalmente (Israel). No caso da Turquia, os partidos necessitam receber 10% dos votos nacio-

nais e também atingir a quota no distrito.

Além da diversidade de tipos de distritos e cláusulas de exclusão, os sistemas eleitorais das democracias proporcionais ainda apresentam diferenças significativas quanto ao tipo de lista usada para escolher

os candidatos. Na Suécia, Espanha, Grécia, Holanda, Colômbia e Costa Rica, as fórmulas usadas para inclusão de um partido na assembleia nacional são as mais proporcionais, embora quase todos adotem mecanismos restritivos às pequenas agremiações, tais como cláusula de exclusão e distritos com magnitude média.

Na França, 554 das 577 cadeiras da Assembleia Nacional estão hoje distribuídas entre cinco partidos. Os assentos são ocupados mediante o sistema de votação distrital, para mandatos de cinco anos. A União para o Movimento Popular, governista, detém folgada maioria de 357 votos. Dos 18 partidos nacionais registrados, 11 obtiveram menos de 3% dos votos nas últimas eleições, em 2002.

Um partido alemão que não alcançar 5% dos votos fica fora do Parlamento

A cláusula de barreira no mundo



Fonte: Estudo da professora Maria do Socorro Braga, da Universidade de São Paulo (USP)

País	Eleição	Partidos	Mais de 5% dos votos
África do Sul	1999	20	4
Argentina	2001	21	3
Áustria	1999	7	4
Bélgica	1999	14	10
Brasil	2002	30	7
Bulgária	2001	32	4
Chile	2001	9	7
Colômbia	2002	45	2
Costa Rica	2002	18	4
Dinamarca	1998	11	5
Espanha	1996	18	3
Finlândia	1999	15	6
Grécia	1996	18	3
Holanda	1998	15	5
Irlanda	1997	7	4
Israel	1999	16	6
Madagascar	2002	8	2
Mocambique	1999	24	2
Noruega	1997	12	6
Paraguai	2003	7	4
Peru	2001	13	5
Polônia	1997	12	6
Portugal	1999	8	3
Rep. Tcheca	2002	8	4
Suécia	1998	11	5
Suíça	1999	17	5
Turquia	2002	11	6
Uruguai	1999	4	3
Média		16,5	4,6

Os tipos de sistema eleitoral

Distrital ou majoritário

O sistema majoritário pode ser de quatro tipos: maioria simples, dois turnos, voto alternativo ou voto em bloco. O sistema de maioria simples para o Legislativo é usado hoje no Reino Unido, nos Estados Unidos e Canadá e, no outro extremo, pelo Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Zâmbia. Nesses países, o território é dividido pelo número de cadeiras a serem preenchidas, cada partido apresenta um candidato em cada distrito e são eleitos os mais votados.

Esse sistema dificulta o desempenho dos partidos menores, pois a eleição depende da concentração espacial dos votos. É normal, por exemplo, que os partidos com perfil mais ideológico tenham o eleitorado disperso. O voto majoritário produz também distorção na relação entre os votos dados ao partido e as cadeiras obtidas. Os defensores desse sistema apontam como vantagem o fato de ele produzir governos unipartidários - o partido que vence as eleições assume o poder com maiorias próprias, sem necessidade de alianças parlamentares.

Os outros sistemas majoritários são variações daqueles de maioria simples. No sistema em dois turnos, é feita uma segunda eleição nos distritos cujos vencedores não obtiveram

50% dos votos. É usado na França e no Mali. No Brasil, é o sistema adotado para as eleições de presidente, governador e prefeito de cidades com mais de 200 mil habitantes. No sistema de voto alternativo, adotado na Austrália, o eleitor numera os candidatos, na cédula eleitoral, de acordo com a ordem de sua preferência.

Proporcional

O sistema proporcional tenta garantir uma correspondência entre o número de eleitores que votaram no partido e sua representação parlamentar. É hoje adotada pela maioria dos países da Europa, da América Latina e das democracias africanas. Existem duas variações: o sistema de voto único transferível e a representação proporcional de lista. No sistema de voto único transferível, os eleitores em pequenos distritos ordenam sua preferência na cédula, independentemente do partido de cada candidato.

São eleitos os candidatos que cumprirem uma quota determinada para cada distrito. Eles, por sua vez, transferem os votos recebidos além da quota proporcionalmente à segunda preferência dos eleitos. Se ainda assim essa transferência não for suficiente para outros candidatos atingirem a quota, os menos votados transferem todos os

seus votos, proporcionalmente, para os demais - e assim sucessivamente, até que se preencha todas as cadeiras.

Misto

Até o fim dos anos 80, apenas Alemanha e México o utilizavam. O sistema misto pode ser de dois tipos: de combinação e de correção. No primeiro, parte das cadeiras é preenchida pelo voto proporcional, a outra pelo majoritário. Em alguns países, como o Japão, o eleitor tem direito a dois votos, um no candidato distrital e outro no partido. O voto partidário é utilizado para divisão das cadeiras preenchidas pelo critério de proporcionalidade. Em outros, o eleitor só vota no candidato que concorre no distrito, e as cadeiras proporcionais são distribuídas conforme o total de votos dados ao partido. A Alemanha foi o primeiro país a adotar o sistema misto de correção, em 1949. O eleitor tem direito a dois votos: um no candidato do distrito, outro na lista partidária. O voto dado na lista é a base para cálculo do número de cadeiras obtidas pelos partidos no sistema proporcional. Na Alemanha, Bolívia, México, Nova Zelândia e Venezuela, o sistema de correção torna-o quase totalmente proporcional: divide-se pelo critério de proporcionalidade as cadeiras do Legislativo. Os mais votados no distrito assumem as primeiras cadeiras.

JUSTIÇA José Jorge, que relatou proposta no Senado, afirma que velocidade de implantação da reforma está superando expectativas

Reforma do Judiciário começa a sair do papel

A percepção de que a Justiça brasileira não atende aos padrões de eficiência desejados pela população é apontada há muito tempo por pesquisas de opinião e pelos especialistas na matéria. Mas as divergências e as paixões afloravam sempre que se tratava de definir um novo aparato constitucional para o funcionamento do Judiciário. Assim, foram necessários 14 anos de discussão até o Congresso Nacional chegar a uma fórmula de consenso, a Emenda Constitucional 45, afinal aprovada pelo Senado em 17 de novembro de 2004. Promulgada em 8 de dezembro, a emenda constitucional foi publicada no dia 31 do mesmo mês.

Passados dois meses, a reforma do Judiciário ainda é uma obra em andamento, mas já começou a sair do papel. O Supremo Tribunal Federal (STF) criou um Gabinete Extraordinário de Assuntos Institucionais especialmente para colocá-la em prática. O coordenador do gabinete, juiz federal Flávio Dino de Castro e Costa, explica que as ações estão sendo desenvolvidas em três níveis: a reforma constitucional em

si; a reforma infraconstitucional, destinada sobretudo a aprimorar ritos processuais; e a reforma gerencial.

– O Conselho Nacional da Justiça (CNJ), criado pela reforma constitucional, é fundamental para que as mudanças gerenciais deem certo – afirma o juiz.

Caberá ao CNJ, entre outras tarefas, fiscalizar a atuação de juízes e funcionários e definir as diretrizes gerenciais para o bom funcionamento da Justiça no país. O presidente do STF, ministro Nelson Jobim, quer iniciar as atividades do conselho em maio. Para isso, já tem a definição de cinco

dos 15 integrantes do novo órgão: o próprio Nelson Jobim, que o presidirá; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala e o ministro Pádua Ribeiro; e os juízes Jirair Meguerian e Germana Moraes, os três indicados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O senador José Jorge (PFL-PE), que relatou a proposta de emenda constitucional no Senado, disse que a velocidade de implantação da reforma está superando as expectativas.

Súmula vinculante deve começar a ser editada neste semestre

Ainda neste semestre, o Supremo deve começar a editar as chamadas súmulas vinculantes, que terão de ser seguidas por todos os juízes e pela administração pública federal, estadual e municipal. Tida como a medida de maior impacto da reforma do Judiciário, a súmula consolidará o entendimento firmado por no mínimo oito dos 11 ministros do STF em temas que apresentarem muitas causas repetidas.

– Alguns juristas – explica Flávio Dino – consideram que a súmula deveria ser regulada por lei. Não é esse o entendimento do ministro Jobim. É preciso apenas adaptar o Regimento Interno do Supremo para definir os mecanismos operacionais necessários à aplicação da súmula, estabelecendo, por exemplo, os prazos e as condições em que será feita a reclamação contra o eventual descumprimento de uma súmula. Esse será um instrumento muito eficaz para enfrentar o maior problema

do Judiciário, que são as causas repetidas. Ele deverá ser aplicado, sobretudo, em quatro áreas: ações de servidores públicos, previdenciárias, tributárias e de interesse do consumidor.

Outro ponto importante da reforma do Judiciário, a federalização de crimes contra os direitos humanos, encontra-se em pleno vigor. No momento, a Procuradoria Geral da República – a quem cabe tal iniciativa – estuda a possibilidade de solicitar ao STJ a federalização do caso da missionária

norte-americana Dorothy Stang, recentemente assassinada no estado do Pará.

Também está nas mãos da Procuradoria a definição da proposta de regulamentação do Conselho Nacional do Ministério Público, órgão com atribuições correspondentes às do CNJ mas que, ao contrário deste, só poderá entrar em funcionamento depois de aprovada lei específica no Congresso.

Nelson Jobim quer Conselho Nacional de Justiça atuando já em maio

Medida é considerada a de maior impacto no âmbito da reforma



ANA C. FERNANDES/FOLHA IMAGEM

Grande número de processos nos tribunais deve diminuir com a aplicação da súmula vinculante

Mudanças no Estatuto da Magistratura

O Supremo Tribunal Federal (STF) criou uma comissão, presidida pelo ministro Carlos Velloso, para cuidar de outro ponto significativo da emenda constitucional: a reformulação do Estatuto da Magistratura. Parte das modificações, como a exigência de pelo menos três anos de atividade jurídica para acesso à carreira, já está em vigor. Outras constarão de projeto de lei.

Está também em andamento a criação da Escola Nacional da Magistratura, assunto sob a responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que instituiu comissão específica com o objetivo de instalá-la. Flávio Dino acredita que,

em julho, também não haverá problemas quanto à aplicação de outra determinação da Emenda 45: o fim das férias coletivas, antes gozadas pelos juízes em janeiro e julho.

Em janeiro, apenas os Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 3ª (SP e MS) e da 4ª Regiões (RS, SC e PR) cumpriram a nova regra, não observada pelo restante da Justiça Federal e pelos tribunais de Justiça dos estados. No entender de Flávio Dino, isso ocorreu porque a data de promulgação da reforma se deu num instante em que os tribunais já se encontravam desmobilizados por conta dos feriados do fim do ano.

Renan promete empenho na mudança das leis processuais

Ao receber na última terça-feira o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu empenhar-se pessoalmente para dar agilidade à tramitação das matérias da reforma do Judiciário que dependem de mudanças da legislação infraconstitucional.

De acordo com a Emenda 45, o Congresso deve instalar uma comissão mista para tratar do assunto. O novo presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), propõe que se institua uma subcomissão temporária para acompanhar os debates.

Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados os temas mais importantes relacionados à reforma do Poder Judiciário. Entre as propostas, estão 23 projetos de lei que asseguram maior celeridade aos trâmites dos processos cíveis, trabalhistas e penais. Eles foram encaminhados



JANE ARAÚJO

Renan Calheiros (E) diz a Nelson Jobim que vai dar agilidade à tramitação dos projetos que alteram as leis infraconstitucionais

dos pelo Executivo ao Congresso em 15 de dezembro, mesma data em que os então presidentes do Senado, José Sarney; da Câmara, João Paulo Cunha; e o próprio Jobim; e o presidente Lula assinaram o chamado “Pacto do Estado”, conjunto de compromissos destinados a tornar o Judiciário mais ágil e eficiente.

Uma das mudanças previstas nos projetos permite que separações amigáveis sejam

feitas em cartório. Outra prevê ônus econômico para aqueles que lançarem mão de recursos judiciais apenas para protelar o cumprimento de decisões.

Paralelamente, está em discussão na Câmara pequena parte do texto da reforma do Judiciário que foi alterado durante o exame no Senado. A matéria inclui a adoção da súmula impeditiva de recursos e a proibição de contratar parentes de juízes.

Retratos do Poder

Fonte: STF/Relatório Consolidado da Justiça Federal

Nada menos que **2.598.325** ações foram propostas em 2003, na Justiça Federal, contra a União. O campeão de reclamações foi o **INSS**, alvo de **2.136.386** processos. Em segundo lugar, com **220.577** ações, ficou a **Caixa Econômica Federal**.

Os gastos com pessoal e encargos representaram **67,5%** das despesas da Justiça Federal. Os **32,5%** restantes destinaram-se a investimento e custeio.

Os processos em andamento no Judiciário Federal ocupam uma área de quase **1 milhão de metros quadrados**, ou seja, o equivalente a pouco mais que o espaço ocupado por **cinco estádios do Maracanã**.

Considerada a sua população, a 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) foi a que mais gastou dinheiro para manter a Justiça Federal em atividade. A despesa nos dois estados ficou em **R\$ 23,92 por habitante**. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (que abrange o Distrito Federal, o Norte do país e mais seis estados) teve o mais baixo custo relativo: **R\$ 11,37 por habitante**.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL Pela importância do tema, comissão criada no Senado assume papel fundamental

Desafio é reduzir desigualdades do país

Mais que nunca, o Senado Federal assume a responsabilidade de analisar propostas que possam reduzir as disparidades sociais e econômicas entre as regiões do país. Na semana passada foi instalada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), quando o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e a senadora Ana Júlia (PT-PA) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do novo colegiado.

Por acreditar que a concentração de renda e de pessoas é o maior empecilho para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, Jereissati quer que o papel da CDR seja canalizar recursos e projetos para as regiões menos favorecidas.

Autor do projeto que criou a comissão, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acredita que a CDR, em pouco tempo, será uma das mais importantes comissões permanentes do Senado.

Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) considera que, com a CDR, estão criadas as condições para o redesenho do modelo federativo nacional. Ele afirma que só então será possível reforçar a desconcentração e a descentralização por meio do fortalecimento dos estados e municípios.

Jereissati e Antonio Carlos concordam que a CDR pode ajudar na implementa-



Antonio Carlos, Jereissati e Ana Júlia na reunião de instalação da CDR: desenvolvimento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste é prioridade da comissão

ção, em curto prazo, de medidas sobre as quais haja consenso. Jereissati citou a formulação de um plano de convivência com a seca para o semi-árido nordestino, além de ações que objetivem melhorias nos índices de educação e na infra-estrut-

tura das regiões mais carentes.

– Educação, saúde, infra-estrutura básica, saneamento, energia elétrica, água tratada, enfim, existe uma série de questões que são apenas de execução política – afirmou Jereissati.

Já Antonio Carlos defende a retomada da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Projeto nesse sentido (PLC 59/04) foi aprovado pela Câmara no ano passado e está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador baiano é relator.

– Minha intenção é enviar essa proposta imediatamente para a CDR. Assim, vamos tocando muitas matérias que estão em outras comissões com mais celeridade e atenção – afirmou.

Ana Júlia ressaltou que a região Norte precisa de ações específicas que possam conciliar o desenvolvimento com as características do meio ambiente, para não haver contradição entre esses conceitos.

– As regiões menos favorecidas não podem ser tratadas de maneira conjunta, já que, embora a situação de pobreza seja semelhante no Norte e no Nordeste, os problemas e as soluções são diferentes – concorda Jereissati.

O presidente anunciou que na próxima reunião, nesta terça-feira, às 18h30, a comissão vai elaborar calendário de trabalho para o primeiro semestre, com audiências públicas e discussões de projetos que já estão em tramitação no Senado e devem ser remetidos à CDR.

Índices mostram que há "dois Brasis"

O processo de industrialização iniciado na primeira metade do século passado, concentrado especialmente em São Paulo e no Sudeste, evidenciou as diferentes realidades existentes em cada região do Brasil. Esse contraste está ilustrado nos diversos índices sociais e econômicos disponíveis: as regiões Sul e Sudeste têm desempenho muito superior às regiões Norte e Nordeste em indicadores como analfabetismo, renda *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo.

– Ninguém contesta que as desigualdades regionais existem – afirma Antonio Carlos Magalhães.

– A pobreza localizada no país, expressa em áreas como educação, saúde, água e sane-

amento básico, é do conhecimento de todos – reforça Tasso Jereissati.

Dados econômicos confirmam as declarações dos senadores. Em 2000, o Sudeste contribuía com 57,79% do produto interno bruto (PIB) e com 42,65% da população nacional, enquanto o Nordeste, que tem 28,12% da população, contribuía com apenas 13,09% do PIB, índice que já foi melhor (14,1%), em 1985.

No que diz respeito ao PIB *per capita*, os moradores do Sudeste têm renda 47% superior à média nacional. Já os do Nordeste recebem a metade da renda média nacional e quase um terço do que recebem os moradores do Sudeste.

Os índices sociais vão no mesmo sentido. Um em cada

quatro nordestinos (23,38%) acima de 15 anos era considerado analfabeto em 2002, ao passo que apenas um em cada 15 moradores do Sul ou do Sudeste não sabe ler ou escrever (6,73% e 7,16%, respectivamente).

Além disso, apesar de o analfabetismo ter diminuído significativamente nas últimas décadas, os índices do Nordeste, ao contrário do que se poderia esperar, vêm caindo mais lentamente que os do restante do país.

O IDH, que reúne dados sociais e econômicos, é bastante representativo dessa realidade: apenas os estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste (com exceção do Espírito Santo) tiveram resultados superiores à média nacional (veja ilustração).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Ano 2000

Unidade da Federação	Índice
Distrito Federal	0,844
Santa Catarina	0,822
São Paulo	0,820
Rio Grande do Sul	0,814
Rio de Janeiro	0,807
Paraná	0,787
Mato Grosso do Sul	0,778
Goiás	0,776
Minas Gerais	0,773
Mato Grosso	0,773
Brasil (média nacional)	0,766
Espírito Santo	0,765
Amapá	0,753
Roraima	0,746
Rondônia	0,735
Pará	0,723
Amazonas	0,713
Tocantins	0,710
Pernambuco	0,709
Rio Grande do Norte	0,705
Ceará	0,700
Acre	0,697
Bahia	0,688
Sergipe	0,682
Paraíba	0,661
Piauí	0,656
Alagoas	0,649
Maranhão	0,636

O IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), leva em conta a renda *per capita*, a longevidade e o nível de educação da região pesquisada. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total)



Principais propostas sobre desenvolvimento regional

Proposta	Assunto
PL 2.812/03	Estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, determinando que as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste terão cotas de investimentos do Sistema BNDES
PLS 455/03	Estabelece diretrizes para aplicação de recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PLC 59/04	Institui a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
PLC 91/03	Institui a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)
PEC 285/04	Altera o sistema tributário nacional e, entre as modificações, cria o Fundo de Desenvolvimento Regional

Obs.: Entre outras, há ainda matérias em tramitação na CAE do Senado que alteram regras dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Modelo de desenvolvimento, Sudene foi extinta em 2001

Desde que as disparidades entre a prosperidade do “Sul maravilha” e a estagnação do Nordeste ficaram evidentes, o país buscou soluções para melhorar a distribuição da renda e conter o êxodo para o Sudeste, que colocavam em risco até o equilíbrio federativo.

Foi assim que surgiu, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), chefiada pelo economista Celso Furtado. A missão do órgão era “planejar, articular e coordenar o esforço governamental no Nordeste, implementando e executando ações necessárias ao seu desenvolvimento econômico e social”. Para isso, o órgão possuía recursos de, no mínimo, 2% da receita tributária da União. Esse modelo foi usado ainda para criar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

A crise na década de 80 diminuiu a capacidade de investimento do Estado e trouxe a decadência desse modelo de política de desenvolvimento regional. Contribuiu para isso a constatação de que o crescimento econômico observado

no período não se traduziu em melhor distribuição de renda.

Denúncias de desvios de recursos e aplicações em grandes projetos que não beneficiavam as populações locais se somaram aos argumentos para extinguir os órgãos em 2001.

– Hoje os especialistas reconhecem que políticas de geração de emprego devem ser acompanhadas por investimentos em capital humano – observa o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Mansueto Almeida.

Discutível ou não, o modelo da Sudene parece ter atingido resultados no tempo em que vigorou: enquanto o Sudeste detinha 79% do produto interno bruto industrial brasileiro em 1970, esse percentual caiu para 62% em 2000. Já o peso do Nordeste subiu de 7% para 11,5% no período.

Sem outro modelo, o governo propôs a recriação da Sudam e da Sudene. Outras propostas buscam garantir os recursos para melhorar as condições sociais e econômicas das regiões mais pobres. São essas políticas que estarão em debate na CDR.

EXPLORAÇÃO SEXUAL Projetos apresentados pela comissão parlamentar de inquérito chegam ao Plenário do Senado

Congresso ativo em defesa da infância

As mais de mil páginas do relatório final da CPI Mista da Exploração Sexual deram à sociedade não somente a certeza de que o assunto ganhou visibilidade necessária para ser combatido com mais determinação, mas também iniciativas que estão alcançando cada vez mais espaço no Congresso Nacional. Esse é o caso dos três projetos de lei que foram apresentados no Senado pela comissão e devem ser analisados pelo Plenário da Casa nesta terça-feira.

As proposições, que constam no documento final da CPI, aprovado em julho do ano passado, pretendem introduzir mudanças no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para fixação das penas e classificação dos crimes sexuais. Depois de examinados no Senado, os projetos seguirão para a análise da Câmara dos Deputados.

O PLS 253/04 contempla todas as alterações no Código Penal sugeridas pela comissão, entre elas a modificação do conceito de “crimes contra os costumes” para “crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual”. Para a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que presidiu a CPI, a questão vem sendo considerada uma minirreforma do Código Penal no que diz respeito à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, já que são sugeridas mudanças em, pelo menos, dez artigos.

Atentado violento ao pudor e estupro passam a ser um único crime

“Tenho certeza de que as alterações legislativas serão um avanço muito grande para que se possa acabar com esse tipo de crime e punir com mais rigor os criminosos que agenciam e violentam os direitos de crianças e adolescentes”, analisou.

O projeto de lei quer dar ainda tratamento mais amplo aos crimes sexuais. Atualmente, o



Ato contra a exploração sexual de menores, lembrando a menina Araceli Crespo

Código Penal estabelece que o estupro, por exemplo, é um delito cometido apenas contra as mulheres. A intenção do PLS

é classificar o estupro e o atentado violento ao pudor como um único tipo penal – crime cometido contra as pessoas em

geral –, para que seja possível punir também, e de maneira mais rígida, as agressões contra os meninos.

Projeto atribui poder de denúncia à sociedade

Outra sugestão contida no projeto apresentado no Senado é a instituição da ação penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, abrindo espaço para que qualquer cidadão apresente denúncia e o Ministério Público comece a investigação, independentemente de reclamação por parte da vítima ou de alguém da família. Patrícia Saboya lembra que, muitas vezes, a violência sexual é cometida por quem conhece e convive com a criança.

– Na maioria das vezes, pais, padrastos, irmãos mais velhos, vizinhos ou líderes religiosos ganham a confiança da criança para, em seguida, seduzi-la e violentá-la. O problema é que, hoje, os crimes só podem ser denunciados pela própria criança ou seus respon-

sáveis, e se estão envolvidos, caí-se, evidentemente, no silêncio, pois essas pessoas jamais irão fazer a denúncia – explicou a senadora.

A CPI também propõe a tipificação do crime de “favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável”, delito já previsto no estatuto. Dessa maneira, a punição poderá se estender a toda a rede que explora sexualmente crianças e adolescentes, inclusive aos clientes. A proposição pede ainda que seja incluído no Código

Penal o crime de tráfico interno de pessoas para fins sexuais. Atualmente, somente o tráfico internacional é considerado um delito.

Os outros dois projetos de lei que estão sendo analisados pelos



Patrícia: em geral, agressor está bem perto da criança

senadores (PLS 254/04 e PLS 255/04) pedem mudanças no ECA. O primeiro acrescenta ao estatuto punição pelas práticas de fotografar e/ou filmar crianças e adolescentes em cenas de sexo explícito ou pornográfica. Os crimes de pedofilia na Internet podem implicar reclusão de dois a seis anos, mais multa. O PLS 255 apresenta a possibilidade de fechar definitivamente hotéis ou pensões que hospedarem menores desacompanhados, sem autorização dos responsáveis.

Polícia e Justiça têm a missão de continuar o trabalho da comissão

A CPI da Exploração Sexual foi instalada em 12 de junho de 2003 e, após duas prorrogações – a segunda somente pelo prazo de 15 dias –, apresentou, em 8 de julho de 2004, seu relatório final. No documento, foram propostas mais de 200 sugestões de indiciamentos e desvendadas rotas de tráfico de seres humanos, colocando nas mãos do Poder Judiciário, Ministério Público e da polícia o encaminhamento da investigação de todos os crimes apurados pela comissão.

A expectativa da senadora Patrícia Saboya é de que as autoridades abram, com a máxima urgência, novas frentes de investigação no que se refere aos casos que vieram à tona nas atividades da CPI e recomecem aquelas que se encontravam paralisadas.

– Acreditamos, sinceramente, que o relatório da comissão seja uma peça fundamental para dar

fôlego redobrado a essa cruzada contra a exploração sexual de crianças.

Trabalho em parceria com a sociedade rendeu frutos

Patrícia Saboya considera que o trabalho da comissão somou-se a um conjunto de ações trazidas pela sociedade – como no caso dos movimentos sociais que trabalham em defesa dos direitos das crianças e adolescentes no país. “Todas essas pessoas nos ajudaram e colaboraram para que a CPI pudesse ter êxito e para que a exploração sexual de crianças fosse hoje um assunto da agenda nacional do Brasil”, ressaltou.

A senadora avalia que as campanhas que o governo federal vem fazendo sobre o assunto são fruto do trabalho da comissão com a sociedade civil brasileira, que, há muito tempo, vinha cobrando e pressionando os governos para o combate à violência sexual infantil.

Patrícia quer ampliar apoio a crianças vítimas de violência



A implantação de políticas sociais criativas, ousadas e que compreendam os sonhos e desejos das crianças, seja qual for sua classe social, é uma idéia defendida pela senadora Patrícia Saboya como uma maneira eficaz de enfrentar a violência sexual infantil. A senadora afirma que o governo deve adotar políticas adequadas à realidade das crianças vítimas de exploração sexual. A escola, exemplifica a parlamentar, não deve ser somente um local a ser freqüentado. “Ela [a escola] deve ser boa e de qualidade, com programas alternativos de esporte, lazer e cultura para que as crianças

sejam inseridas novamente na sociedade”, sugere.

Na opinião de Patrícia, o Programa Sentinela – que cuida da proteção de crianças vítimas da violência sexual – precisa ser ampliado. Ela relata que, segundo levantamento do governo federal, a violência contra os menores está presente em mais de mil municípios brasileiros, sendo que menos de um terço é assistido pelas ações governamentais. “Precisamos fazer programas mais ousados e criativos e colocar mais recursos no orçamento público para que realmente seja possível combater o problema”, alertou.

Hotéis deverão esclarecer hóspedes sobre legislação contra turismo sexual

Na Câmara dos Deputados, a CPI Mista da Exploração Sexual apresentou o PL 4.125/04, que torna obrigatória a divulgação por hotéis, bares, restaurantes e similares de material relativo à exploração sexual de crianças e adolescentes. Caso haja desobediência, os donos dos estabelecimentos deverão pagar multa e, na hipótese de reincidência, o local poderá ser fechado por até 15 dias.

Uma proposta da deputada Lara Bernardi (PT-SP) que trata

de informações sobre crimes contra os costumes a turistas estrangeiros tramita pensada ao projeto de lei da CPI. Ao justificar seu projeto, Lara Bernardi argumenta que, dispondo de informações sobre a questão, nenhum turista irá alegar que desconhecia o crime praticado.



Lara Bernardi

– É preciso conscientizar os estrangeiros que submeter criança ou adolescente à prostituição ou exploração sexual é crime, sujeito à pena de reclusão de quatro a dez anos anos.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS Morte de missionária norte-americana revela alto grau de violência da luta pela terra no Pará

Relator propõe ofensiva contra grilagem

O senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator da comissão externa do Senado que acompanha as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, no Pará, antecipou que, em seu parecer, vai recomendar a adoção de várias medidas para enfrentar as disputas de terras no estado.

Entre as principais sugestões a serem feitas pelo senador, destacam-se a regularização dos títulos para acabar com a grilagem; a definição do zoneamento ecológico-econômico; e a necessidade

de maior presença do Estado, da Justiça e de uma polícia isenta. "O governo não pode continuar adotando uma atitude demagógica diante da situação. É preciso decidir quem deve ser titulado de forma definitiva e quem deve sair", defendeu, depois de lembrar que a violência no Pará ocorre desde a década de 70, quando o Incra distribuiu títulos provisórios de terra.

– Muitos dos que foram beneficiados não levaram adiante os projetos exigidos pelo governo. Com a ajuda de cartórios, "esquentaram" títulos de propriedade que permitiram a explosão da grilagem ao longo de rodovias como a Transamazônica e a BR-153", explicou. Ele acusou o governo do Pará de abandonar as áreas onde ocorrem conflitos. "Falta disposição do estado para enfrentar uma situação que se desenrola há três décadas", sustentou o parlamentar.

Demostenes Torres afirmou que a exploração ilegal de madeira na região amazônica precisa ser tratada "de forma severa pelo governo" e destacou a importância dos planos de manejo.



Para Demostenes Torres, títulos provisórios do Incra foram "esquentados" por grileiros

Descoberta dos assassinos não encerra investigação, diz Ana Júlia

A senadora Ana Júlia (PT-PA), presidente da comissão externa que viaja nesta segunda-feira ao Pará, afirmou que o Senado vai acompanhar de perto as investigações sobre a morte da missionária e anunciou que foi criada, no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, subcomissão para tratar especificamente do assassinato da freira e da situação fundiária na região de Anapu (PA).

Ana Júlia afirmou que não se podem "dar como encerradas as investigações", quando a polícia confirmar os nomes dos assassinos da freira, como chegou a

ser anunciado por autoridades policiais do Pará.

– Estamos agora na fase mais difícil, que é chegar aos mandantes do crime e ainda levantarmos os nomes dos responsáveis pela grilagem de terras e pelo corte ilegal de madeira – defendeu a senadora.

As críticas ao governo do presidente Lula pelo aumento das tensões no campo são rebatidas pela senadora. "É muito simples dizer que o governo não está adotando um programa de reforma agrária eficiente, mas na verdade ocorre o contrário", afirma Ana Júlia. Ela atribui o aumento da violência ao fato de o governo estar criando reservas extrativistas em áreas de 3 mil hectares com problemas de titularidade.

O senador Sibá Machado (PT-AC), que durante 20 anos foi amigo de Dorothy Stang, disse que a comissão externa vai trabalhar junto com a CPI da Terra, mas garantiu que "não haverá sobreposição de trabalho".

– Temos apenas 30 dias para concluir o relatório e vamos centrar os esforços no assassinato da irmã Dorothy – afirmou.

Comissão realiza audiência em Anapu

A comissão externa realiza nesta segunda-feira audiência pública na Câmara de Vereadores de Anapu, e depois se desloca para Altamira, cidade mais importante da região. Em Anapu a comissão ouvirá o prefeito da cidade, Luís dos Reis, e representantes da Associação dos Madeiros, Associação dos Produtores Rurais, Comissão Pastoral da Terra e Federação dos Trabalhadores Rurais. Os integrantes do órgão, senadora

Ana Júlia, presidente, Demostenes Torres, relator, e os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP), retornam a Brasília no mesmo dia.

Na quarta-feira será realizada outra audiência em Brasília. Foram convidados os ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e do Meio Ambiente, Marina Silva, o presidente do Ibama, Marcus Barros, e o presidente do Incra, Holf Hackbart.



Dionísio Ribeiro, ambientalista assassinado no Rio de Janeiro, defendeu reserva por 20 anos

Mortes anunciadas chocaram o país

A missionária Dorothy Stang e o ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro – assassinados em Anapu (PA) e em Tinguá (RJ) – há muito tempo temiam por suas vidas. Em maio do ano passado, a freira norte-americana deu um longo depoimento aos integrantes da CPI da Terra, que se deslocaram ao Pará com o objetivo de apurar os conflitos fundiários na região. Dorothy falou das ameaças dos madeiros ilegais que atuavam no município de Anapu, e da esperança de que o projeto de desenvolvimento sustentável implantado pelo Incra se transformasse "em nossa reserva para o futuro".

Já Dionísio Ribeiro receava a vingança dos que invadiam a Reserva Biológica do Tinguá,

que ajudou a criar em 1989. Ele enfrentava, desde então, os que ingressavam na área para extrair palmito e caçar. Acabou, aos 61 anos, morto com um tiro na cabeça, 11 dias após o assassinato de Dorothy.

A morte anunciada dos dois ambientalistas repercutiu na semana passada no Senado. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o governo tinha conhecimento dos riscos que corria a missionária. O senador, que é presidente da CPI da Terra, afirmou que as informações dadas por Dorothy à comissão foram repassadas ao Ministério da Justiça. Além disso, a missionária também esteve em Brasília, de acordo com o senador, solicitando medidas de segurança para a região.

– De nada adiantou o apelo desta tribuna. O alerta de nada resolveu o problema – lamentou Alvaro Dias.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pediu a federalização das investigações do assassinato de Dionísio Ribeiro, depois de lembrar que o ambientalista "trabalhava como voluntário na reserva, e há dez anos recebia ameaças de morte".

– Como todo idealista, porém, ameaças jamais o calaram. Foi preciso um tiro certo para calar a voz daquele que se dedicava a uma causa com a tenacidade de toda uma vida – disse Crivella, que destacou a repercussão internacional dos dois casos e pediu justiça, "para que crimes bárbaros como esses não se repitam mais".

Sonho de um futuro com a floresta preservada

O depoimento da missionária à CPI da Terra foi marcado por esperança e temor. Respon-

dendo à senadora Ana Júlia e ao relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE),

a ambientalista denunciou as invasões. Eis alguns trechos do testemunho da religiosa:

"Meu nome é Dorothy. Eu moro na área há 22 anos. Trabalho com todo esse pessoal, porque a nossa área não foi colonizada, como falaram. Nós ocupamos a terra, palmo a palmo, lutando, como o Sibá (senador Sibá Machado) e o Zé Geraldo bem sabem. Nós procuramos esse Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) já em 1994, porque todo esse povo é migrante e saiu de lugares onde não têm mais como sobreviver, como no Nordeste, onde a mata acabou."

"Nosso plano, já de muitos anos, é criar uma área sustentável, onde se tenha futuro, onde a mata não acabe."

"Nesse lado, com o PDS, é para 300 famílias ocuparem. Essa área seria a reserva, em conjunto com o Portel, que é uma área bem baixa, onde há rios por onde está sendo esgotada toda a nossa madeira de forma

clandestina pelas balsas. Eles entram aqui com combustível, todo o maquinário está por aqui devastando tudo o que há."

"Esse bem aqui invadiu com seis policiais de Anapu, com metralhadora, tirou nosso povo bem aqui dessa área que nós ocupamos há seis anos; queimou quatro casas, ameaçando queimar mais."

"Aqui tem seis pistoleiros para esse Copam Madeiras... Eles derrubaram trezentos alqueires nessa área, botaram tudo no fogo. E essa área aqui é totalmente invadida. Levam toda a madeira clandestinamente pelos rios para o mar, de Portel para Belém."

"Dentro de Anapu houve 17 projetos da Sudam, no valor de R\$ 100 milhões em investimentos. Então isso capitalizou um povo que agora está nos esmagando."

PLENÁRIO

Consórcios municipais obtêm aval do Senado

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira (22) projeto de lei (PLC 148/99) que regulamenta a criação de consórcios entre municípios, ou entre eles, os estados e a União, para a prestação de serviços de saúde, educação, segurança, tratamento de lixo e de esgotos, conservação de estradas, meio ambiente e agricultura. O objetivo é reduzir os custos dos serviços.

Mais de 2 mil consórcios em 17 estados foram criados desde 1997, quando o Congresso aprovou sua criação via emenda constitucional.

– A lei dará segurança jurídica aos consórcios existentes. Essa alternativa é muito interessante para melhorar e baratear os serviços – sustentou o relator do projeto, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Os senadores José Agripino (RN), líder do PFL, e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citaram experiências pessoais para realçar sua importância. Ex-prefeito de Natal e ex-governador do Rio Grande do Norte, Agripino lembrou as dificuldades para gerenciar a saúde, principalmente.

– Em Santa Cruz e em Currais Novos existem hospitais regionais. O de Santa Cruz foi implantado por mim, quando governador, e o outro já existia e funcionava aos trancos e barrancos. Hoje, os dois funcionam



JOSE CRUZ

O relator Eduardo Azeredo considerou que a proposta dará segurança jurídica aos consórcios já existentes

muito bem por conta de uma instituição chamada consórcio de municípios. Quem ganha é a comunidade – destacou.

Já Valadares, ex-prefeito de Simão Dias (SE) e ex-governador de Sergipe, observou que a proposta permitirá a construção conjunta de uma ponte, uma estrada ou um hospital para uso comum.

– Não havia como um recurso federal ser depositado para um município e aplicado em outro. Agora o dinheiro chegará aos consórcios.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) salientou que, com o consenso obtido em Plenário, "o projeto volta à Câmara já negociado, uma demonstração da maturidade na relação entre oposição e governo".

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), citou autor do texto, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), como exemplo de que "os parlamentares são capazes de influenciar positivamente o destino dos brasileiros". Já para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a gestão pública ficará "mais eficiente".

Subcomissão – O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a intenção de criar uma Subcomissão dos Municípios. Ele recebeu a visita do prefeito do Recife, João Paulo, em nome da Frente Nacional de Prefeitos; do presidente da Associação Brasileira de Municípios, José do Carmo; e do vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios, André Puccinelli, entre outros.

Qualidade e eficiência no serviço público

Consortiamento é uma forma inovadora de gestão que contribui para a melhoria dos serviços públicos no país, ao aumentar a qualidade e a eficiência. Essa é uma das constatações feitas pela consultora legislativa da Câmara Luciana Teixeira, autora da tese de doutorado "Ensaio sobre consórcios intermunicipais de saúde: financiamento, comportamento estratégico, incentivos e economia política".

A pesquisa foi premiada pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea). Segundo a consultora, existem mais de 2 mil consórcios de saúde no país, que congregam cerca de 35% dos 5,5 mil municípios.

– Essas unidades atendem em torno de 20% da população brasileira e enfrentam focos de instabilidade na formação e manutenção, que podem ser sanados com as mudanças na legislação, por meio de regras claras – disse.

O substitutivo do senador Eduardo Azeredo ao projeto do deputado Rafael Guerra prevê consórcios para prestação de

serviços com o objetivo de reduzir custos. A proposta obriga a participação dos estados nos acordos entre os municípios e a União. A associação terá ainda que adotar normas administrativas e financeiras de direito público, inclusive para licitação, para garantir a fiscalização pelos tribunais de contas.

O governo federal enviou à Câmara dos Deputados iniciativa (PL 3.884/04) que contempla e amplia as normas estabelecidas pelo projeto de Guerra. O projeto tramita em regime de prioridade.

Posse de imóveis em ilhas pode ir a voto

Senadores que representam os estados de Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo defenderam na terça-feira (22) a mudança da estrutura fundiária das ilhas oceânicas sedes de municípios, de modo que a propriedade de imóveis seja transferida da União para os que os ocupam na condição de posseiros. Essa alteração é objeto da proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04), em discussão no Plenário para

votação em primeiro turno.

Os principais interessados na emenda, já aprovada na Câmara, são os donos de imóveis nas capitais Florianópolis (SC), São Luís (MA) e Vitória (ES).

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que em Florianópolis 60% dos terrenos estão na situação de posse, o que impede sua regularização pelos ocupantes, que pagam imposto à União e ao município.

Também defenderam a mu-

dança José Sarney (PMDB-AP), João Alberto (PMDB-MA) e Gerson Camata (PMDB-ES).

– Não dá para dividir os brasileiros entre os que moram e os que não moram em ilhas – protestou Camata.

– O povo de São Luís não admite mais essa situação – advertiu João Alberto.

O senador Sibá Machado (PT-AC) desistiu de adiar a discussão. A data de votação será acertada por acordo.

Presidente da República deverá abrir ano legislativo

O Senado aprovou em primeiro turno na quarta-feira (23), por 67 votos favoráveis, nenhum contrário e 3 abstenções, a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que obriga o presidente da República a comparecer à abertura da sessão legislativa anual do Congresso Nacional para apresentar a mensagem e o plano de governo, expondo ainda as metas e a situação do país. Por 50 votos favoráveis, 12 contrários e 5 abstenções, foi aprovada emenda do ex-senador Waldeck Ornelas que suprimiu da proposta original a permissão para que os líderes pudessem interpelar o presidente, com direito a réplica.

A votação em segundo turno pode ocorrer já nesta semana. Se receber emenda, a PEC retornará para cinco dias de debate e votação na CCJ. Apesar de consensual, a proposta mereceu discussão de uma hora a respeito, principalmente, da emenda de Ornelas. Para o líder do PFL, senador José Agripino (RN), a proposta permitia a interpelação

do presidente. Eduardo Suplicy, no entanto, esclareceu que a emenda suprimia essa possibilidade do texto original.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que, na verdade, a emenda do ex-senador, que suprimiu a interlocução com o presidente, foi resultado de acordo no âmbito da CCJ, devido

Plenário aprova proposta em primeiro turno, mas proíbe interpelação

ao entendimento de que o debate seria típico do sistema parlamentarista de governo, como na Inglaterra, mas estranho ao presidencialista, como nos Estados Unidos.

Agripino, no entanto, ressaltou não ter participado de qualquer acordo.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), acusou o PT de incoerência.

– A proposta foi apresentada quando o presidente era Fernando Henrique Cardoso. Claro que a intenção do senador não era constranger o presidente, mas o PT, sim, tinha essa intenção. Agora, com um presidente petista, o partido muda de opinião e não quer mais a possibilidade de que o presidente seja interpelado – acusou.

Regulamentação de terras indígenas volta para CCJ

O projeto de lei (PLS 188/04) que regulamenta o procedimento administrativo de identificação, demarcação e delimitação de terras indígenas, teve a votação adiada por requerimento dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Flávio



Flávio Arns

Arns (PT-PR), que pediram o exame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto, resultado do trabalho da Comissão Especial de Questões Fundiárias, estabelece, entre outras medidas, que a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios serão realizadas com base em estudos de grupo

técnico especializado especialmente designado para esse fim.

Os estudos a serem realizados serão de ordem etno-histórica, socioeconômica, jurídica, cartográfica, ambiental, além de haver também a exigência

de um levantamento fundiário. O grupo deverá ser formado por um antropólogo do Ministério da Justiça, por um advogado da Advocacia Geral da União, um economista do Ministério da Fazenda, um técnico de nível superior do Senado Federal e um técnico de nível superior indicado pelo governo do estado em que se localize a área.

Senador pede inspeção do TCU em convênios da União

O Senado aprovou na terça-feira (22) requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pedindo inspeção, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos convênios celebrados entre a União e as pessoas jurídicas de direito privado



Alvaro Dias

denominadas Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e Instituto

Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra).

Outro requerimento, de autoria do senador Sibá Machado (PT-AC), pede inspeção do TCU nos convênios celebrados entre a

União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

PLENÁRIO

Voto de aplauso a Prêmio Nobel

O Senado aprovou na terça-feira (22) a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de aplauso à escritora e poetisa austríaca Elfriede Jelinek, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura em 2004. A homenagem foi sugerida em novembro por Arthur Virgílio (PSDB-AM) por meio de requerimento que obteve parecer favorável do relator, Marco Maciel (PFL-PE).

Homenagem a ex-deputado

O Plenário do Senado aprovou requerimento de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), de pesar pela morte de Francisco Vieira Paixão, que exerceu mandato de deputado estadual por mais de 20 anos em Sergipe. Paixão, que iniciou a vida política como prefeito do município de Campo do Brito em 1952, faleceu aos 86 anos. Ele é pai do deputado federal Ivan Paixão (PPS-SE).

Senado encaminhará manifesto

O Senado encaminhará manifesto de apoio integral à chamada Iniciativa de Genebra, plano de paz ainda não oficial negociado durante mais de dois anos por políticos moderados de Israel e da Palestina. Requerimento nesse sentido, de Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado na terça-feira (22) pelo Plenário. O Senado também conclamará os dois países a aderirem aos termos do acordo. Proposta



Eduardo Suplicy

de igual teor, de iniciativa do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), já foi aprovada pela Câmara. Na justificativa do seu requerimento, Suplicy lamenta o fracasso na implementação do Acordo de Oslo, que levou Israel e a Palestina a uma escalada sem precedentes de violência, introduziu desequilíbrios geopolíticos no Oriente Médio e tensionou o cenário internacional. Eduardo Suplicy afirma que a Iniciativa de Genebra é um plano de paz bem detalhado e plenamente executável.

Plano Nacional de Cultura é acolhido em primeiro turno

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira, por unanimidade (65 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção), a proposta de emenda à Constituição (PEC 57/03) que institui o Plano Nacional de Cultura. O plano, plurianual, visa desenvolver a cultura do país e integrar ações do poder público referentes à defesa e valorização do patrimônio e da produção, gestão e difusão cultural, inclusive com o fortalecimento da diversidade étnica regional.

Ao instituir o Plano Nacional de Cultura, o Congresso está dando ao setor cultural o mesmo tratamento dispensado na Constituição à educação, no que se refere a um arcabouço legal de diretrizes. Segundo a justificativa do governo que acompanha a matéria, a ausência de um dispositivo constitucional se reflete em "ínfimos recursos orçamentários destinados ao setor", que fica refém de incentivos fiscais.

Ao defender a aprovação da PEC, Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação, disse que o acréscimo na Constituição visa corrigir uma lacuna histórica. Para Marcelo Crivella (PL-RJ), a proposta permitirá que a cultura, diante das restrições orçamentárias, obtenha verbas de modo articulado. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), embora votando a favor, disse não acreditar que a emenda traga resultados.



Para Hélio Costa, plano corrige uma lacuna histórica

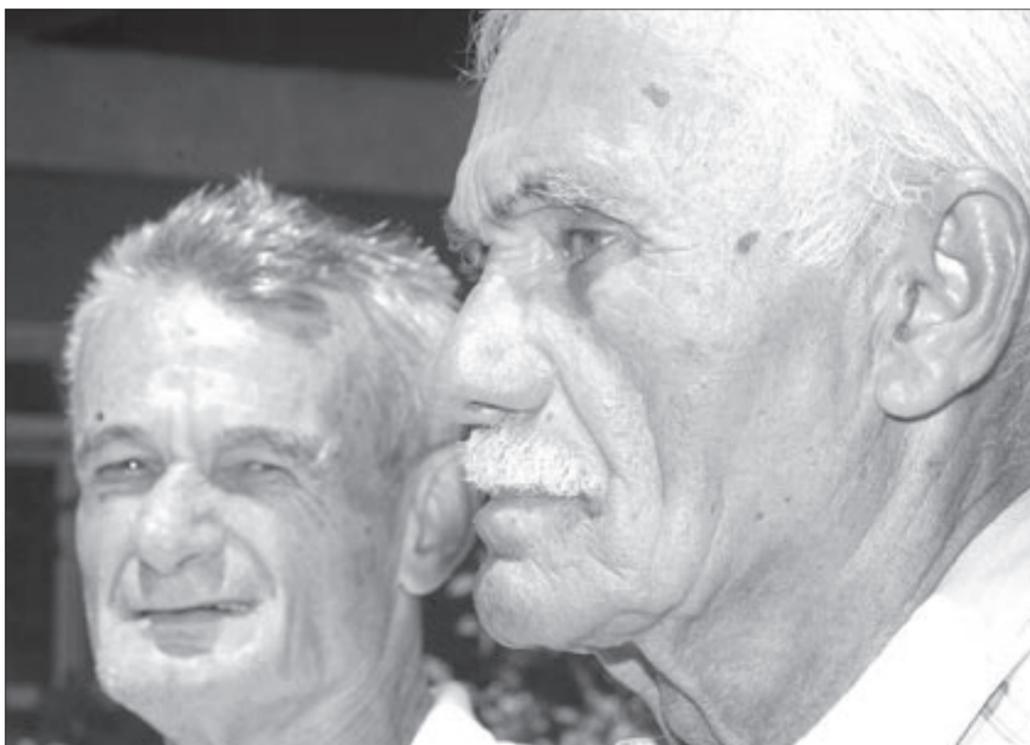
Aprovada preferência ao idoso no pagamento de precatórios

Os idosos podem passar a ter preferência no recebimento de precatórios judiciais de pequeno valor. O benefício está previsto em substitutivo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) à proposta de emenda à Constituição (PEC 1/03) de iniciativa do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aprovada em primeiro turno na última quarta-feira (23) pelo Plenário do Senado. A matéria deve voltar à pauta após cinco dias úteis, prazo do interstício entre o primeiro e o segundo turno de votação.

Ao encaminhar o voto de suas bancadas, os líderes partidários destacaram a importância e o interesse social da proposta. Ao manifestar posição favorável à iniciativa, o líder do PL no Senado, Marcelo Crivella (RJ), defendeu a aprovação da PEC 83/99, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que fixa dez salários mínimos como teto desses precatórios de pequeno valor.

— É interessante que se acelere a votação dessa matéria para que tenha efeito o que está sendo votado hoje — observou Crivella, relator da PEC 83/99.

Mercadante considerou razoável a proposta de dez salários



Idosos poderão ter facilidade no recebimento de precatórios judiciais de até dez salários mínimos

mínimos como parâmetro das obrigações de pequeno valor devidas pela Fazenda Pública aos idosos. Mas ponderou que a aprovação da PEC 1/03 é que abrirá caminho para a definição legal desse teto.

A proposta original do senador Maguito Vilela não impunha

qualquer limitação ao pagamento de precatórios judiciais devidos aos idosos, mas o substitutivo de Mercadante restringiu o direito de preferência apenas aos de pequeno valor. O senador petista justificou a medida como um meio de compatibilizar o respeito à terceira idade com a

responsabilidade fiscal do Estado brasileiro.

Aloizio Mercadante disse temer que "os limitados recursos dos entes públicos, associados ao aumento progressivo da população de idosos", pudessem levar a um aumento gradual do número de processos.

Educação infantil pode ser obrigatória e gratuita

O Plenário do Senado discutiu, na quinta-feira (24), em terceira sessão do primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 40/00), de iniciativa da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que torna obrigatória e gratuita a educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade. A discussão prossegue nesta semana.

Ao defender sua proposta, Heloísa Helena ressaltou que muitos perigos cercam crianças dessa idade, que ficam em casa por falta de creches e pré-escolas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 30% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, que precisam sair de casa para trabalhar, deixando

seus filhos com vizinhos ou crianças um pouco maiores.

A senadora acrescentou que mesmo em lares com pai e mãe muitas vezes ambos precisam trabalhar fora de casa, e as crianças menores de sete anos ficam sem assistência e expostas a riscos. Portanto, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas vem preencher uma lacuna freqüente nas residências brasileiras, especialmente as mais carentes, observou Heloísa Helena.

Para o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a PEC terá grande impacto na defesa da qualidade de vida das crianças de zero a seis anos. Ele instou o governo a operacionalizar o programa "com primor", para que não se



Heloísa é autora da proposta que beneficia crianças de até 6 anos de idade

repetam as falhas de execução verificadas em outros programas sociais. Ele citou como exemplo denúncia de desvio de R\$ 180 mil do programa Fome Zero, no Piauí, para pagamento de táxi aéreo para autoridades.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente da nova Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, louvou a iniciativa da PEC e pediu providências imediatas para

o esclarecimento das seguidas mortes de crianças indígenas na região de Dourados (MS).

Mão Santa (PMDB-PI) disse que a situação das creches no país sempre foi instável e piorou após a extinção da Legião Brasileira de Assistência

(LBA).

Também foi realizada na quinta-feira a terceira sessão de discussão em primeiro turno da PEC 43/00, que define a titularidade das águas subterrâneas; da PEC 9/03, que aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião urbana; e da PEC 87/03, que trata da carreira dos servidores do ex-território Federal de Rondônia.

PLENÁRIO

Agricultura e reforma agrária ganham espaço

Os senadores têm agora um fórum específico para discutir e apreciar proposições relativas ao campo – tanto o seu lado econômico quanto o social. Será instalada às 11h30 desta terça-feira a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A presidência da comissão caberá ao PSDB, que indicou o senador Sérgio Guerra (PE). Flávio Arns (PT-PR) ficará com a vice-presidência.

De iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Projeto de Resolução 26/99 foi aprovado pelo Plenário na semana passada. O parlamentar lembrou que tenta criar o colegiado há 14 anos, por observar que a agricultura era tratada no “terceiro porão da Comissão de Assuntos Econômicos”.

Segundo o relator, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), compete à nova comissão opinar sobre direito agrário, política agrícola e fundiária, uso e posse da terra, emprego e previdência rurais, entre outros itens.

O projeto ainda alterou nome e atribuição de outras duas comissões. A de Direitos Humanos e Legislação Participativa passa a apreciar matérias relacionadas aos direitos da mulher, criança e adolescente, idoso e portador de deficiência, entre outros. Já a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle agregou as duas primeiras áreas de seu novo nome. Também foi criada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (*veja matéria na página 7*).

Segundo Aelton, setor agrícola emprega 37% da população

Aelton Freitas (PL-MG) elogiou a criação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ele ressaltou que o setor agrícola é responsável por cerca de 33% do produto interno bruto (PIB), responde por quase metade dos valores da exportação e emprega em torno de 37% da população economicamente ativa.



Aelton Freitas

Para Aelton Freitas, a comissão será a instância adequada para o debate de questões como biotecnologia, seja em relação ao aumento da produção quanto às exigências dos consumidores.

O senador homenageou o Rotary Club Internacional, que comemorou seu centenário no último dia 23.

Subcomissão poderá fiscalizar saúde pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá criar uma subcomissão permanente para fiscalizar o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e detectar eventuais falhas em sua missão constitucional de atender à população brasileira.

Para o novo presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da proposta, a subcomissão é necessária diante das recentes críticas ao SUS por mau atendimento e falta de medicamentos, e poderá “acompanhar de perto irregularidades e desvios”.

Na última quinta-feira foi criada a Subcomissão de Trabalho e Previdência, proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O novo órgão substitui a Subcomissão do Meio Ambiente, agora vinculada à recém-criada Comissão de Fiscalização, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Valadares anunciou que vai



ROOSEVELT PINHEIRO

Antonio Carlos Valadares, novo presidente da CAS, promete debates sobre questões relevantes, como a reforma sindical

promover na CAS grandes debates, a começar pelas reformas sindical e trabalhista. A sindical será enviada pelo Executivo ao Congresso nesta quarta-feira.

Na próxima quinta, às 11h30, será marcada a discussão sobre o PLS 19/03, de Marcelo Crivella (PL-RJ), que reduz de 50kg para

30kg o peso do saco de cimento, atendendo a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Poderá ir a votação, em caráter terminativo, o PLS 512/03, de Jonas Pinheiro (PFL-MT), que dispõe sobre a proteção contra raios ultravioleta no óculos e sol.

CCJ cria grupo de trabalho para limpar pauta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), solicitou às lideranças a indicação de consultores do Senado Federal para constituir grupo de trabalho destinado a definir critérios para o exame das propostas pelo colegiado.

Segundo ele, 1.490 matérias aguardam deliberação da CCJ, das quais 820 estão em condições

de ir a voto. As demais aguardam a apresentação de relatório ou a designação de relator.

Antonio Carlos pretende iniciar o trabalho com os consultores nesta segunda-feira. Se necessário, designará o vice-presidente da CCJ, Maguito Vilela (PMDB-GO), para coordenar o grupo.

– Poderíamos definir as matérias que são importantes e precisam constar das pautas, as que podem ser votadas em bloco

e as que podem ir direto para o arquivo, autorizadas pelos integrantes da CCJ e com despacho da Mesa – esclareceu.

O presidente da CCJ também reforçou a necessidade de que os consultores dêem apoio efetivo às comissões. A iniciativa foi apoiada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) dirigiu elogios à atuação dos consultores.

Projetos

Aumenta a ofensiva contra trabalho escravo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a criação do cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo (PLS 25/05). Eles estarão sujeitos, durante dois anos, à fiscalização, pelo Ministério do Trabalho, das condições de trabalho oferecidas.

Incentivo a doação de livros às bibliotecas

A fim de incentivar o hábito de leitura e aprimorar o acervo das bibliotecas públicas, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou proposta (PLS 27/05) que permite a dedução de até 6% no Imposto de Renda das pessoas físicas das despesas comprovadas com aquisição de livros, desde que sejam doados a bibliotecas públicas.

Maior punição ao transporte pirata

Tipificar o crime de transporte rodoviário irregular de passageiros é a proposta (PLS 23/05) do senador Valmir Amaral (PMDB-DF). Ele argumenta que essa é a maneira de se combater, com maior eficácia, a exploração irregular da atividade. Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou proposta (PLS 24/05) que reduz a pena prevista no Código Penal

para o crime de exação, que é a cobrança de tributo ou contribuição social indevida ou a utilização de meio vexatório ou gravoso na cobrança. O PLS 26/05, de Leomar Quintanilha (PMDB-TO), torna a cota condominial um título executivo extrajudicial, o que, segundo o parlamentar, possibilitará a cobrança mais efetiva e inibirá a inadimplência.

Medidas para legalizar os jogos de bingo

Gilberto Miranda (PFL-AM) apresentou duas propostas que tratam dos bingos. A primeira (PLS 21/05) dá aos estados o poder de legislar sobre os bingos, e a segunda (PLS 22/05) regulamenta a atividade. Para o senador, a exploração de jogos de bingo no país deve ser estimulada, pelo fato de a atividade proporcionar lazer a muitas pessoas e também gerar emprego e renda.

Propostas da comunidade viram projetos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CLP) apresentou projeto (PLS 14/05) originado de uma proposta da Associação Comunitária de Chonin de Cima, que inclui a ligação entre municípios mineiros de Mantena e Ubaporanga na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional. Outra sugestão da associação, para que o Executivo seja autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares (MG), também virou proposição (PLS 16/05).

Royalties não poderão ser contingenciados

Projeto (PLS 22/05) de iniciativa de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) impede o contingenciamento (corte) no Orçamento da União dos recursos destinados ao pagamento da dívida ou de royalties sobre a exploração de recursos minerais, além das verbas ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Menos burocracia na área social

Flávio Arns (PT-PR) apresentou proposta (PLS 20/05) que retira da lei a obrigatoriedade de renovação, a cada três anos, do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) para fins de isenção previdenciária a instituições filantrópicas. Para o senador, a renovação é uma restrição burocrática.

Transparência pela Internet programas números

Os estados serão obrigados a divulgar na Internet informações sobre os beneficiários de programas de transferência de renda. É o que determina projeto (PLS 17/05) apresentado pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC). A medida, justificou, vai permitir maior transparência à execução dos programas sociais. Transparência

também é o que pretende o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) com a apresentação de projeto de lei (PLS 18/05) obrigando a União, os estados e os municípios a publicarem, em seus diários oficiais e na Internet, tabela indicando, para cada mercadoria ou serviço destinado a consumidor, os percentuais dos preços que correspondem a tributos.

PLENÁRIO

Almeida Lima critica construção de refinaria em PE

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) protestou contra a decisão que teria sido tomada pela Petrobras de construir uma refinaria em Pernambuco. Segundo ele, trata-se de medida equivocada e irresponsável, que não leva em consideração as melhores condições técnicas e os custos mais baixos que, a seu ver, Sergipe pode oferecer.

- O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, já esqueceu os votos que o elegeram senador por Sergipe. Ele e o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, estão sepultando seu desenvolvimento econômico - contestou.

Segundo o senador, em 2004 a empresa diminuiu em 3% sua produção, resultando em perda de US\$ 5 bilhões. Esse é, na sua opinião, o resultado da escolha de petistas para cargos estratégicos, que deveriam ser ocupados por técnicos com experiência.

Garibaldi destaca potencial do Rio Grande do Norte

Ao informar que a Petrobras comemorou, em Mossoró, os 25 anos de produção de petróleo na bacia terrestre potiguar, que compreende o Rio Grande do Norte e o Ceará, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que seu estado pleiteia a instalação de uma refinaria. Segundo ele, a empresa produz no Rio Grande do Norte 100 mil barris/dia de petróleo, sendo o grande responsável pela maior produção terrestre do país. Para Garibaldi, o estado merece a refinaria por sua participação na produção de petróleo e pelo aparato que já possui.

Viana rechaça "gestão coletiva" da Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, condenou na sexta-feira (25) a proposta de "gestão coletiva" da Amazônia pelos países do Primeiro Mundo, feita pelo francês Pascal Lamy e publicada pelo jornal *O Globo*. Candidato da União Européia para presidir a Organização Mundial do Comércio (OMC), Lamy defendeu que as florestas tropicais sejam tratadas como bens públicos mundiais. Para Tião Viana, a sugestão do francês é um atentado à soberania nacional.

- A proposta é preconceituosa e afronta a dignidade nacional e os interesses da região amazônica. Procura transmitir a idéia de que o Brasil não tem capacidade de gerenciar os próprios recursos naturais e reforça a teoria de internacionalização da área - afirmou.

O parlamentar elogiou a postura contrária à idéia expressa pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele lembrou ainda que, com o Protocolo de Kyoto,



Para Tião Viana, proposta do francês Pascal Lamy é preconceituosa e atenta contra a soberania nacional

o, a partir de 2007 instituições financeiras de todo o mundo irão disponibilizar US\$ 13 bilhões para a emissão dos títulos de carbono, para o financiamento de projetos de preservação ambiental. Viana estima que o Brasil possa obter até 20% desse total com projetos na Amazônia.

O senador Mozarildo Caval-

canti (PTB-RR) também protestou contra as declarações do francês. Para ele, sempre que ocorrem fatos graves na região - como o assassinato da missionária Dorothy Stang, vítima do conflito agrário - cria-se um clima propício para tratar da internacionalização da Amazônia.

- Não posso aceitar um processo que está avançando. Amanhã pode surgir uma resolução da ONU declarando que a Amazônia e as florestas tropicais são bens do mundo todo, ou seja, dos que poluíram o mundo e agora querem

usar o patrimônio que é nosso como patrimônio de todos. De todos quem? - questionou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o episódio deve servir de alerta para que projetos como os do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e Calha Norte tenham vida permanente e suas verbas elevadas.

Selo temporário para produção de biodiesel

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) recomendou a criação de um selo social temporário para permitir que refinarias interessadas em produzir o biodiesel consigam financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele comentou a lei que introduziu o combustível na matriz energética nacional.

O parlamentar explicou que a lei faculta empréstimos diretos do BNDES às empresas interessadas em participar do programa do biocombustível. Mas, para chegar a 90% desse empréstimo,

as empresas precisam apresentar o selo social.

De acordo com Hélio Costa, para obter o selo a refinaria deverá estar legalizada pela Receita Federal, que exige o cadastro previsto na medida provisória convertida em lei. Porém, esse cadastro só é fornecido para empresas em funcionamento.

- É aquela questão de, se correr o bicho pega, se ficar o bicho come - observou.

Hélio Costa recomenda que o governo conceda temporariamente o selo social, até que a empresa em construção se organize

e tenha condições de receber o financiamento. Caso ela não se constitua no prazo estipulado, o selo seria recolhido.

- O que não se pode é exigir aquilo que não se pode obter. Da forma que está as empresas que estão investindo no biodiesel não terão os recursos necessários para o empreendimento - previu.

Segundo o parlamentar, só em sua região o projeto já estimulou a criação de três mil empregos na plantação de soja, nabo e girassol. "Ou seja, estão plantando combustível."

Lobão anuncia conclusão de hidrelétrica

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que a Hidrelétrica de Estreito (MA) entrou em etapa conclusiva. Segundo o senador, as obras estarão concluídas até setembro de 2009. A usina está situada no rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins.

A obra, orçada em aproximadamente US\$ 1 bilhão, vai gerar 1.087 megawatts de energia, disse o senador maranhense. De acordo com o senador, foram feitas algumas modificações no projeto original da hidrelétrica, a partir de audiências públicas e pareceres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



Edison Lobão

Mozarildo destaca sucesso do agronegócio

O agronegócio tem sido o ponto de equilíbrio da balança comercial e do próprio desenvolvimento da economia brasileira, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo ele, o setor vem se consolidando e expandindo a cada dia por meio da conquista de novos mercados no exterior.

A prova de que o setor está evoluindo de forma sustentável, conforme o senador, está na publicação do boletim intitulado "Agronegócio Brasileiro", editado pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura.

De acordo com a publicação, nada menos do que 42% de toda a produção brasileira vendida ao exterior em 2003, primeiro ano do governo Lula, resultou do agronegócio.

Presidência



Em visita ao presidente do Senado, entidades manifestam preocupação com reflexos negativos do aumento de tarifas

Renan recebe investidores e grandes consumidores de energia elétrica

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu representantes dos investidores e grandes consumidores de energia elétrica, preocupados com o aumento da carga de impostos e taxas incidentes sobre as tarifas. Segundo um dos visitantes - Mario Cilento, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia Elétrica -, Renan foi "extremamente atento" aos argumentos apresentados.

- O Brasil vive um momento de investimentos para aumentar a produção, mas somos dependentes da energia elétrica e estamos sendo surpreendidos com constantes aumentos dos custos - disse Cilento. Já o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, Cláudio Sales, disse que somente o último aumento de impostos e taxas significou um impacto de mais de 2% para o consumidor.

Stédile pede apoio para agilizar a reforma agrária

O coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, esteve na quinta-feira (24) no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir que o Congresso tome medidas para agilizar a reforma agrária. O representante do MST pediu o apoio de Renan à aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que desapropria as terras dos fazendeiros que explorem trabalho escravo. A PEC já foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara.

- Esses fazendeiros podem fazer o que querem. A lentidão do governo estimula essa situação - disse Stédile.

De acordo com o coordenador do MST, a sociedade está preocupada com a reforma agrária. Em sua opinião, o agronegócio cria conflitos sociais, não traz desenvolvimento e ainda agrava o problema do desemprego no país.

Mentor entrega relatório da CPI do Banestado

Ao receber do deputado José Mentor (PT-SP) relatório sobre a investigação do caso Banestado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o documento representa a opinião pessoal do relator, pois não foi aprovado pela comissão parlamentar de inquérito, e esta, portanto, não foi encerrada.

- Estou recebendo o relatório, o que não significa que é a conclusão da comissão. No que compete à Mesa, vamos rapidamente encaminhar uma solução - assegurou.

Mesa do Senado aprova cortes nos gastos da Casa

Em sua primeira reunião, a Mesa do Senado decidiu cortar gastos correspondentes a R\$ 10 milhões no orçamento da Casa, anunciou o presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo ele, os cortes estão "dentro da linha que vamos imprimir à administração do Senado", para contribuir com a redução dos gastos públicos. Em outra deliberação, a Mesa concluiu pela adoção de novos critérios para o uso da palavra em Plenário. A medida, na avaliação de Renan, "vai permitir maior produtividade".

Visita do representante do Vaticano

O nuncio apostólico no Brasil e decano do corpo diplomático, dom Lorenzo Baldisseri, foi recebido na quinta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O representante do Vaticano deu ao senador notícias sobre a saúde do papa João Paulo II, novamente internado no Hospital Gemelli, em Roma, e informou-se sobre o trabalho da comissão do Senado que acompanha as investigações sobre a morte, no Pará, da religiosa Dorothy Stang.

PLENÁRIO

Comissão ouve empresário sobre MP dos impostos

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, participa na quarta-feira de audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer sobre a Medida Provisória 232/04, que alterou a legislação do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A comissão é presidida pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) e tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Publicada em 30 de dezembro, a MP corrige a tabela do IR da Pessoa Física em 10% e, para prestadores de serviços, aumenta a base de cálculo de 32% para 40%, além de determinar o mesmo para a CSLL. Na avaliação de Ramez Tebet (PMDB-MS), "a edição da MP foi um ato de frieza, que pegou em cheio o agronegócio".

Para o senador Aelton Freitas (PL-MG), a alteração mais absurda é a retenção de 1,5% do valor da venda de insumos agropecuários a título de antecipação do IR, sempre que a transação superar o limite mensal

de isenção (R\$ 1.164).

– O pequeno produtor tem uma renda anual, geralmente ínfima, formada pelas vendas realizadas em poucos meses do ano. Prova disso é que mais de 90% dos produtores nem sequer apresentam declaração de IR.

Leonel Pavan (PSDB-SC) também criticou a MP 232. "O governo está prejudicando quem produz. A 232 é um crime contra a sociedade brasileira", protestou. César Borges (PFL-BA) afirmou que, se for mantida a atual carga tributária, haverá prejuízo para o setor de agronegócio.



Romero Jucá foi indicado relator da medida provisória, alvo de críticas de diversos senadores por elevar base tributária

Para Mão Santa, população desaprova

Luiz Imposto Lula da Silva. Segundo o senador Mão Santa (PMDB-PI), é assim que parte da população vem se referindo ao presidente da República. "Pela segunda vez o nome do presidente foi modificado, mas agora foi o povo da rua que mudou", disse, fazendo referência às desaprovações à medida.



Mão Santa

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o governo, especialmente o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, garantiu diversas vezes que não haveria aumento de impostos, mas a palavra não foi honrada. Ideli Salvatti (PT-SC) voltou a rebater as críticas de que o governo estaria promovendo uma escalada

tributária no país.

– A primeira escalada alpinista aconteceu no governo Itamar Franco, quando a carga tributária pulou de 25,2% para 29,4%. Ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, foi de 29,4% para 35,56%. O único momento, de 1991 a 2003, em que houve inflexão da curva da carga tributária foi no primeiro ano do governo Lula, que baixou de 35,5% para 34,8%.

Arthur Virgílio classifica a política externa de "estúpida" e "jeca-tatu"

A política externa do governo Lula vai render frutos negativos para os próximos governos, por gerar "um olhar de desconfiança em direção ao Brasil", afirmou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ao fazer uma análise das últimas ações do governo e, especialmente, do Ministério das Relações Exteriores, o senador

se disse espantado com o fato de o país "estar entrando para um terceiro-mundismo que não vai levar a lugar nenhum".

Ele classificou a política externa de "tola, de recuo, estúpida, terceiro-mundista e jeca-tatu" e acusou o Itamaraty de estar "desmontando" o Instituto Rio Branco.

José Jorge aponta mau uso de dinheiro público pelo governo

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a forma como o governo Lula vem gastando o dinheiro público e informou que, no ano passado, o Executivo gastou 10% a mais que no ano anterior, mas essas despesas não corresponderam a investimentos.



José Jorge

– O governo gastou muito pouco com saneamento, habitação. Na área de educação, não lançou nada de novo. O Fundef (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), por exemplo,

está igualzinho ao do governo anterior. O saneamento no Brasil é um dos mais atrasados do mundo. O que se verifica é que a prioridade dos gastos do governo não tem sido dada aos programas sociais – afirmou o senador.

José Jorge disse que os programas sociais do governo, como Fome Zero e Primeiro Emprego, não funcionam na prática. O aumento dos gastos no ano passado, segundo ele, se deveu à criação de novos cargos públicos e outros gastos desnecessários.

Suplicy destaca as novas relações com países árabes e emergentes

Em resposta a Arthur Virgílio (veja reportagem acima), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a política externa do governo Lula. O parlamentar, que até semana passada presidia a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), destacou ações como a abertura de novos eixos de

relações multilaterais e as intervenções nas crises na Venezuela. Suplicy ressaltou a visita do ministro Celso Amorim a diversos países árabes e a aproximação com nações com grau de desenvolvimento econômico semelhante ao do Brasil, como África do Sul, Índia, China e Indonésia.

Agripino lembra prejuízos causados à economia pela alta taxa de juros

O senador José Agripino (PFL-RN) lamentou que os constantes aumentos da taxa Selic, determinados pela área econômica e que balizam os juros no país, não provoquem mais nenhuma reação da sociedade, ao contrário do que ocorria no início do governo Lula.



José Agripino

Para Agripino, a evolução da Selic impõe grandes prejuízos

à economia, principalmente à agricultura, que depende muito do sucesso das políticas de exportação. E a queda do dólar, nas últimas semanas, seria o resultado da quantidade de moedas fortes internalizadas pelas exportações e pelo deslocamento de investimentos estrangeiros para se beneficiar das taxas de juros, perto de 19% ao ano.

PARCERIAS - O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) se disse surpreso com o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dois dispositivos da lei das parcerias público-privadas (PPPs). Com os vetos, afirmou, houve quebra de acordo do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), com os parlamentares. Tourinho admitiu que os vetos não causam maiores problemas à lei, mas avaliou a iniciativa presidencial como um péssimo começo para este ano legislativo. - Minha indignação está centrada no desrespeito do governo aos acordos que são firmados no Congresso e que têm possibilitado a governabilidade - comentou.

TRANSPOSIÇÃO - O senador César Borges (PFL-BA) disse que o governo não tem projeto para o Nordeste e que, por isso, tirou da gaveta a idéia centenária de transposição das águas do rio São Francisco. Segundo o parlamentar, a discussão do problema está sendo conduzida de forma parcial e atabalhoada, pois tecnicamente a melhor saída para garantir o abastecimento de água em parte da região semi-árida nordestina não seria a transposição.

- Não são poucos os especialistas que consideram a transposição um erro. A maioria dos estudos técnicos mostra que o principal problema do semi-árido não é a falta de água. A questão maior está relacionada à conservação e ao uso racional da água. Isso, sim, deveria ser debatido antes de se falar em transposição.

Mesquita Júnior critica medida do BC

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) criticou a disposição do Banco Central que obriga os bancos a imprimirem, nas folhas de cheques dos novos clientes, a data em que cada um deles abriu sua conta bancária anterior. A decisão entrará em vigor em maio e, segundo o Banco Central, será adotada porque muitos estabelecimentos comerciais não aceitam cheques de contas bancárias que sejam muito recentes e, com isso, as pessoas acabam desestimuladas a trocar de banco. Para Mesquita Júnior, o país sempre conviveu com cheques sem esse registro "odioso, discriminatório, desnecessário e ilegítimo" e classificou como "cinismo" o argumento do BC de que, ao facilitar a migração do cliente de um banco para outro, a concorrência do setor será estimulada.

Integração do continente deve seguir modelo europeu

Os países que já integram o Mercosul e que, no futuro, pretendem criar uma associação de todos os países da América do Sul devem, na opinião do senador Marco Maciel (PFL-PE), observar e utilizar como roteiro o modelo de integração que vem sendo implementado pela União Européia, que para ele é um exemplo de reunião bem-sucedida. Maciel comentou a aprovação pela população espanhola, no dia 20, da Constituição da União Européia. Ele observou que, apesar de o referendo haver registrado um baixo comparecimento às urnas (42%), 76% foram favoráveis à medida. Observou que a Espanha foi o primeiro país a aprová-la por consulta popular (Eslovênia, Lituânia e Hungria já haviam aderido por manifestação de seus parlamentares). Agora, informou, restam 21 países da União Européia a aderir à Constituição que entrará em vigor em janeiro de 2007.



Marco Maciel

PLENÁRIO

Oposição questiona declarações de Lula

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou requerimento ao Plenário solicitando a convocação do ministro José Dirceu para prestar esclarecimentos sobre as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feitas em sua visita ao Espírito Santo, na quinta-feira (24).

Lula disse que omitiu informações sobre suposta ocorrência de corrupção em processos de privatização na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para Jefferson, as declarações do presidente fazem crer na sua responsabilidade pelo ocultamento de atos ilícitos supostamente cometidos na gestão anterior.

Já o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, apresentou requerimento à Mesa do Senado propondo a aprovação de voto de censura contra o presidente Lula.

Na opinião do parlamentar,

o chefe de Estado escamoteou fatos graves levados a seu conhecimento, deixando de tomar providências que, moral e juridicamente, tinha a obrigação de tomar. “Requeiro ademais que esse voto de censura seja enviado ao presidente da Câmara dos Deputados, para instruir pedido a ser formalizado naquela Casa para que o Senado possa processar o presidente da República por crime de responsabilidade”, disse Virgílio.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), também manifestou sua indignação contra a afirmação do presidente. “Quem governa tem obrigações com a sociedade e com as instituições, porque o que o presidente fala ou diz é observado pelo país inteiro.



Jefferson Péres apresentou requerimento solicitando convocação de José Dirceu

E ele disse que tinha cometido o crime da prevaricação. Ele assumiu, é réu confesso”, afirmou Agripino.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o fato torna-se mais grave quando o ministro da Casa Civil, José Dirceu, repetiu na manhã da última sexta-feira as afirmações do presidente Lula, “como se quisesse intimidar a oposição”.

Intenção foi proteger economia, afirma líder

O líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), ocupou a tribuna do Senado para explicar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve sigilo sobre possível corrupção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para não afugentar os investidores estrangeiros e criar um clima de desconfiança em relação ao governo do PT, que apenas começava naquele momento.

Segundo Delcídio, por esse cuidado de Lula e do então presidente do BNDES, Carlos Lessa, em não divulgarem um prejuízo orçado em US\$ 2 bilhões, foi possível refazer as finanças do

banco, construir uma recuperação econômica do país que hoje se traduz em crescimento do produto interno bruto (PIB) da ordem de 5%, conseguir colocar o risco Brasil abaixo dos 400 pontos, e obter US\$ 30 bilhões de superávit comercial em 2004.

Na opinião do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o presidente não cometeu qualquer crime. Para ele, Lula não teve a intenção de ofender o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ou qualquer outro possível candidato às eleições.

O senador observou que o ex-presidente do BNDES já começou a dar explicações sobre o assunto



Delcídio Amaral

e o mesmo deverá ocorrer com relação ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, e ao atual presidente do BNDES, Guido Mantega.

Crivella pede união pela saúde pública no Rio



Marcelo Crivella

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pedirá ao ministro da Saúde, Humberto Costa, a união de forças com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e o governo do estado para “minimizar essa difícil fase que atravessa a saúde no Brasil”. A solicitação foi motivada, explicou o senador,

por um relatório do Tribunal de Contas do Município (TCM-RJ) que apontou um “rombo” de R\$ 240 milhões na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que corresponde a dívidas acumuladas até 2004 com fornecedores.

– Os auditores descobriram também que existe um déficit de 3.900 profissionais apenas nas oito maiores unidades hospitalares do município – acrescentou ele.

Segundo Crivella, os hospitais da rede municipal estão sofrendo com a falta de leitos, mesas cirúrgicas, bisturis, pinças e até com ataques de cupins. Ele disse ainda que telefonou na terça-feira (22) para o Hospital Cardos Fontes, em Jacarepaguá, e foi informado que o hospital está fechado.

Auxílio a portador de HIV deve ser normalizado

O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), anunciou em Plenário que, a partir desta semana, estarão normalizadas as ações governamentais contra a Aids, inclusive a entrega de medicamentos gratuitos para os portadores da doença.

Segundo ele, o ministro da Saúde, Humberto Costa, já tomou todas as providências necessárias para corrigir as dificuldades que o programa de assistência havia enfrentado nessas últimas semanas e tudo caminha rapidamente para a normalidade, garantiu.

Delcídio manifestou, também, sua satisfação com o sucesso comprovado do programa de eletrificação rural Luz para Todos. Segundo ele, em Mato Grosso do Sul, seu estado, dos 59 assentamentos de reforma agrária, 52 já possuem energia elétrica e água.

O senador afirmou que fazer reforma agrária significa dotar os assentamentos com água encaixada, energia elétrica e assistência técnica – e não somente colocar as pessoas nos lotes e deixá-las sem infra-estrutura.

Saturnino quer gasto com livro deduzido do IRPF

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou em Plenário projeto de lei (PLS 27/05) que permite a dedução de até 6% no Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas comprovadas para aquisição de livros, desde que estes sejam doados a bibliotecas públicas até a data limite da declaração de ajuste.

O objetivo é estimular o hábito da leitura, explicou o senador, frisando que a proposta tanto vai facilitar a compra de títulos pelas pessoas de renda média e alta quanto a circulação das obras por toda a população, nas bibliotecas públicas.

Para Saturnino, a falta do hábito da leitura é problema crônico no país por ser a cultura brasileira “predominantemente oral e imagética, o que acaba



Roberto Saturnino

gerando um ciclo negativo”. Como o hábito é escasso, explicou, os livros têm tiragens reduzidas e os custos de produção são elevados, o que dificulta a aquisição de livros pela maioria da população.

O projeto foi apoiado pelos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Esporte é instrumento de combate às drogas, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a importância da atividade esportiva como instrumento de combate ao uso de drogas, principalmente entre os jovens. Lembrando do Dia do Esportista, comemorado no último dia 19, o parlamentar gaúcho afirmou que o esporte possibilita que o ser humano se socialize, melhore o desempenho físico, obtenha maior equilíbrio emocional e mental e estímulo do raciocínio, com redução da ansiedade e do estresse.

Paim recordou que estudos

médicos revelam que exercícios simples feitos de forma regular – como andar de bicicleta ou caminhar – aumentam a eficiência do coração, dos pulmões e do sistema circulatório, trazendo melhorias na qualidade do sono e no controle de colesterol, além de ajudar na perda de peso e redução de gordura.

– Trabalhar a auto-estima e a responsabilidade ajudará o indivíduo a dizer não às drogas e o esporte é um dos caminhos. Governo, escola, família, amigos, estamos todos convocados a contribuir – concluiu ele.

Simon critica ataque da imprensa a Amir Lando

Em discurso proferido em Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o posicionamento da imprensa em relação ao ministro da Previdência Social, Amir Lando. “Se há algo que a mim não soa bem é a imprensa querer queimar um ministro e diariamente inventar coisas”, reclamou o senador.

Simon disse que o ministro foi padrão de dignidade quando senador e lembrou que

Amir Lando foi presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) do *impeachment* do presidente Fernando Collor, observando que teve de ser corajoso porque sofreu pressões de todos os lados, inclusive dentro do próprio PMDB.

O senador ressaltou que o ministro está trabalhando na construção de um novo cadastro à prova de fraude porque o cadastro atual dá margem a todo tipo de “rapinagem”.

Mão Santa defende reajuste salarial para todos

Em discurso na sessão plenária de sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu aumento salarial para toda a sociedade, não só para os parlamentares, como vem sendo proposto pela Câmara dos Deputados. Tramita naquela Casa proposta que aumenta o salário dos deputados dos atuais R\$ 12 mil para R\$ 21 mil, chegando a R\$ 25 mil em 2006.

– Vamos reestudar o reajuste para todos – defendeu ele.

Mão Santa acredita que se o salário dos parlamentares for

aumentado da forma proposta, o salário mínimo tem que ser de pelo menos R\$ 2,5 mil.

– Hoje o pobre não tem dinheiro nem para comprar gás a R\$ 40 o bujão. O pobre come apenas dois ou três dias por semana. O povo não está podendo pagar luz, comprar remédio – afirmou, criticando ainda que o gás caro seja produzido pela Petrobras, empresa estatal.

Em aparte, José Agripino (PFL-RN) disse que o nordestino quer ter o direito de “crescer na vida”.

PLENÁRIO

Maguito condena ação da PM em Goiás

A desocupação pela Polícia Militar de um terreno ocupado por invasores, que ocasionou a morte de duas pessoas em Goiânia (GO) há duas semanas, foi novamente lembrada em Plenário pelos senadores. Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu que a comissão externa criada pelo Senado para acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapu (PA), acompanhe a apuração sobre as mortes registradas em Goiânia.

– No Parque Oeste Industrial, também duas vidas foram ceifadas:

um pai de família e um jovem de 20 anos, que lutavam por suas casinhas – afirmou Maguito, que definiu a ação do governo de Goiás como “selvageria”.

Na presidência da Mesa, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que encaminhará o pedido de Maguito ao presidente da Casa, Renan Calheiros, “entendendo a relevância e urgência que o assunto requer”.

Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a utilização generalizada e sistemática de armas não-letais pelas Forças Armadas e polícias, passando o armamento de

efeitos letais a posição secundária. O senador explicou que as armas não-letais não causam fatalidades e lesões permanentes ou danos indesejados à propriedade e ao meio ambiente.

Heloísa Helena (PSOL-AL) também prestou solidariedade aos moradores de Goiânia. Depois de elogiar iniciativas do prefeito da cidade, Iris Rezende, a senadora pediu que os governos estadual e federal adotem medidas para superar o drama das famílias atingidas. “É importante que os moradores tenham uma alternativa concreta para minimizar seus sofrimentos”, declarou a senadora.



Maguito pede que a comissão sobre Dorothy Stang acompanhe as investigações em Goiânia

CÉLIO AZEVEDO

Tuma lembra os 60 anos de Monte Castelo

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a passagem do 60º aniversário da tomada de Monte Castelo, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a 2ª Guerra Mundial. Tuma destacou a comemoração da data no Rio de Janeiro, no último dia 20, que reuniu no Monumento aos Mortos 5 mil pessoas e 56 veteranos da FEB (ex-pracinhas), entre eles o marechal Waldemar Levy Cardoso, de 104 anos e em cadeira de rodas, e o general Ventura, de 91.

No Brasil dos anos 40, lembrou Tuma, dizia-se que a conquista de Monte Castelo seria mais difícil do que fazer uma cobra fumar, devido à fama de exímios combatentes das tropas nazistas. Tanto que a expressão “e a cobra fumou” transformou-se em mote popular após a vitória, em 21 de fevereiro de 1945, após quatro batalhas. Dos 25.334 soldados brasileiros, 443 morreram, 1.145 foram feridos, 35 foram capturados e 23 desapareceram.

– A tomada de Monte Castelo é o símbolo máximo da bravura e do desprendimento daqueles brasileiros -- disse.

Arns homenageia centenário do Rotary Clube

Ao celebrar o centenário do Rotary Club, na quarta-feira passada, o senador Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o aspecto mais importante do clube é a filosofia de servir à comunidade, como a campanha pela erradicação da poliomielite, de 1985.

O clube foi fundado em 1905 por quatro norte-americanos, com o objetivo de reavivar os ideais de companheirismo, solidariedade e fraternidade. Hoje são 30 mil comunidades em 166 países.

– É extraordinário que, um século depois, esse movimento tenha crescido com a estrutura, hierarquia, ideais comuns e filosofia clara.

A data foi lembrada também pelo senador Aelton Freitas (PL-MG).

Raupp quer Lei de Biossegurança aprovada na Câmara

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu em Plenário a aprovação da Lei de Biossegurança na Câmara dos Deputados.

Para ele, “o Brasil não pode mais andar na contramão da história”.

Raupp afirmou que a moderna biotecnologia permite, além do aumento da produtividade agrícola, a possibilidade de melhoramento genético da qualidade e variedade de espécies, uma exigência da indústria processadora, tendo em vista a tendência de segmentação da indústria de alimentos.

– Estima-se que o mercado potencial de biotecnologia mundial, nos próximos 10 anos, fique na faixa de US\$ 500 bilhões a US\$ 800 bilhões e que US\$ 320 bilhões a US\$ 420 bilhões estejam diretamente relacionados ao setor agroindustrial. Mercados como o de medicina botânica e de cosméticos também envolvem a biotecnologia vegetal, e estão estimados em torno de US\$ 25 bilhões a US\$ 40 bilhões – assinalou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou que haja pouco ou nenhum investimento em pesquisa e disse que não sabe

como anda a arrecadação de um percentual sobre o faturamento das empresas que deveria ser direcionado para a pesquisa científica.

– Precisamos enviar um requerimento às autoridades do governo perguntando sobre isso – observou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “ninguém pode fugir desse bonde da riqueza”, representado, na sua opinião, pelos recursos de laboratórios inter-



Para Raupp, sem a iniciativa o país ficará na contramão da história

nacionais que querem realizar pesquisas no Brasil na área de biotecnologia.

Paim pede atenção a agricultores vítimas de mudanças climáticas

O senador Paulo Paim (PT-RS) mostrou-se preocupado com a situação dos agricultores do Rio Grande do Sul, afetados pela seca. Em Plenário, o parlamentar gaúcho disse que aumentaram as solicitações de pedidos de homologação de municípios em situação de emergência junto à Defesa Civil. Já foram contabilizados 306 municípios nesta condição, segundo dados da Defesa Civil do estado.

– A situação se agrava a cada dia. Os agricultores estão vivendo uma das mais sérias crises do setor – disse o senador.

Segundo Paim, têm havido longos períodos de chuvas, com ocorrência de enchentes, e longos períodos de estiagem, com prejuízos para a agricultura.

A estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

Rio Grande do Sul (Fetag) é de que as perdas poderão chegar a R\$ 2,8 bilhões nesta safra.

Paim apelou aos ministros do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Integração Nacional e ao presidente do Banco do Brasil para que sejam sensíveis e ágeis no atendimento às reivindicações dos atingidos pela seca.

De acordo com o senador, os agricultores estão desesperados e reivindicam

a prorrogação de dívidas e a isenção do pagamento das parcelas de 2005 das linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) nas modalidades rural e família e do Crédito Fundiário (Banco da Terra), entre outros débitos.



Paulo Paim

Pavan cobra de Lula perdão de dívidas agrárias por causa da seca

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propôs ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o perdão das dívidas dos pequenos produtores dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, cuja produção foi



Leonel Pavan

prejudicada em razão das chuvas ou da estiagem. Para ele, em vez de propor aos países ricos o perdão das dívidas dos países mais pobres, Lula deveria se preocupar com a população pobre do país.

O senador lembrou que Lula apresentou essa proposta, como noticiou a imprensa, em sessão do Fórum Econômico Mundial, em janeiro, em Davos, na Suíça.

– Considero louvável a proposta, mas o Brasil não está em

condições de perdoar dívidas se temos dívidas com a nossa população, que está sendo penalizada ainda mais pelo governo com a edição de medidas provisórias e o aumento de impostos – argumentou.

De acordo com Pavan, os cerca de 1,2 mil agricultores prejudicados pelas mudanças climáticas não estão pedindo ao governo federal o perdão de suas dívidas, mas a prorrogação dos compromissos assumidos com os bancos.

O senador também criticou a edição de novas MPs pelo governo federal após a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados.

– Após a eleição, que foi um protesto contra a edição de MPs, o governo edita mais nove medidas – lastimou Pavan.

Projeto visa inibir atraso em condomínio

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) apresentou projeto de lei (PLS 26/05) com o objetivo de inibir a inadimplência no pagamento das taxas de condomínio.

A proposta confere à cota condominial a característica de título executivo extrajudicial. Para o senador, ao fazer com que o inadimplente seja obrigado a pagar a dívida através do ato da execução, um instrumento desse tipo agilizará a

cobrança.

O senador considera que o sistema atual não é eficaz, pois atrasa a sentença condenatória. “Ocorre que, nos casos em que o síndico inicia a cobrança de parcelas condominiais em atraso, utilizando-se do processo cognitivo, o devedor, valendo-se das características inerentes a esse tipo de processo, via de regra utiliza-se abusivamente de todos os meios processuais possíveis para procrastinar

o pagamento”, explicou Quintanilha.

Além disso, para ele, a simples sentença condenatória está longe de garantir o pagamento das parcelas em atraso.

O projeto modifica os artigos 275 e 585 do Código do Processo Civil e está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O prazo para apresentação



Leomar Quintanilha

de emendas à proposição termina nesta quinta-feira, dia 3 de março.

ROOSEVELT PINHEIRO

Voz do Leitor

TRIBUTOS

"Eu sou a favor da atual distribuição tributária entre União, estados e municípios porque, segundo a Controladoria Geral da União, é grande a corrupção em vários municípios do Brasil, principalmente em cidades pequenas. Também é grande a perseguição política. Daí a conclusão: que cada um governe com a receita que tem."

José Osivan Barbosa de Lima, de Jatobá (PE)

ARQUIVOS DA DITADURA

"Acho que o Estado brasileiro deve abrir os seus arquivos e informar às famílias que tiveram seus familiares mortos durante o regime militar o paradeiro dos corpos e como foram mortos. Mas, se for para condenar os militares que cometeram excessos, deve-se punir também os guerrilheiros que seqüestraram, roubaram e mataram naquele período."

André Luiz Souza do Rosário, de São Paulo (SP)

VESTIBULAR

"Sugiro projeto que acabe com o vestibular para universidades públicas. No novo sistema, os alunos que obtivessem excelentes notas durante o ensino médio seriam automaticamente selecionados."

André da Cunha Ferreira, de Riachão (PB)

PROTEÇÃO AOS IDOSOS

"Senadores, até quando vamos ser espectadores de maus-tratos, abusos e violência, em que as vítimas são nossos velhinhos? Será que não está na hora de instalar

em cada município uma delegacia de proteção aos idosos?"

Antônio Salviano Neto, de Caicó (RN)

APOSENTADORIA

"Senador Paulo Paim, eu me aposentei com aproximadamente nove salários mínimos e hoje recebo apenas seis, sendo que contribuí com dez. A cada dia estou perdendo meu poder aquisitivo. Sugiro a criação de projeto que proponha a equiparação do salário dos aposentados ao proporcional em salários mínimos."

Arzelino Justino de Paula, de Belford Roxo (RJ)

REELEIÇÃO

"Sugiro a criação de projeto de lei que determine que detentores de cargos eletivos se afastem de suas funções para disputar reeleição, sendo seis meses para cargos do Executivo e três meses para cargos do Legislativo."

Fábio Dexonim, de Governador Valadares (MG)

A VOZ DO BRASIL

"Acho que o programa *A Voz do Brasil* é muito importante e esclarecedor para a população mais carente. Ele não deve sair do ar, e sim continuar obrigatório em todas as emissoras, exceto em casos de acidente ou urgência. Informação não prejudica e sim beneficia. Apenas uma emissora retransmitir não daria certo, porque não há uma que alcance todo o país. Colocar o programa disponível na Internet também não, pois a maioria da população não tem acesso."

Antônio de Paula, de João Pessoa (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

URV PARA APOSENTADOS

Tereza Cunha de Azeredo, de Vitória (ES)

Senador Paulo Paim, peço esclarecimentos sobre o pagamento de um terço dos valores retroativos da URV aos aposentados.

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Cara Tereza, sua pergunta sobre a URV refere-se ao fato de que, entre 1994 e 1997, o INSS calculava o valor dos benefícios a serem concedidos com base na média dos últimos 36 salários-de-contribuição do segurado, corrigidos monetariamente. O índice usado para fazer a correção dessas remunerações variou ao longo dos anos 90, tendo sido aplicados INPC, IPC-r, IGP-DI, entre outros. De janeiro de 1993 a julho de 1994, vigorou o Índice de Reajuste do Salário Mínimo – o IRSM. Isso de acordo com a Lei 8.542, de 1992. Já no caso dos benefícios concedidos no período entre fevereiro de 1994 e março de 1997, o INSS utilizou a variação do IRSM para atualização dos salários-de-contribuição apenas até janeiro de 1994 e, em seguida, converteu os valores então atualizados para a Unidade de Referência de Valor – a URV, que foi instituída em 28 de fevereiro daquele ano. No entendimento da Justiça, o procedimento adotado pelo INSS prejudicou os segurados por ter sido utilizado o IRSM de fevereiro de 2004, cujo índice é de 39,67%. Isso teria reduzido a renda mensal inicial dos benefícios. A Medida Provisória 201/04 teve por objetivo reparar esse erro. Essa MP concede o reajuste de 39,67% sobre os benefícios previdenciários que serão pagos, mediante adesão e de forma parcelada.



MANDATO DE OITO ANOS

Saul Severino Oliveira, de Jucurutu (RN)

Senador Garibaldi Alves Filho, gostaria de saber por que o mandato dos senadores tem duração de oito anos e não apenas quatro anos, como os outros cargos políticos.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) responde:

Caro Saul, isso decorre da própria razão de ser do Senado. Como a Câmara dos Deputados representa o povo brasileiro em seu todo, deve ser integralmente renovada a cada eleição geral para que a população seja representada conforme a opinião pública do momento. Já o Senado representa os estados brasileiros, que são permanentes. Por isso, na eleição geral se renova apenas uma parte do Senado, com o fim de o estado ter sempre uma representação mais estável e duradoura. Para que isso ocorra, o mandato é de oito anos, sendo que a cada quatro anos, na eleição geral, é eleito ora um terço, ora dois terços do Senado. Dessa forma, fica sempre uma representação anterior do estado na próxima legislatura, garantindo-se a continuidade da representação dos interesses de cada estado no Congresso Nacional.



Frases

"Ocorrem coisas inacreditáveis nas madrugadas frias da Comissão de Orçamento"

Antonio Carlos Magalhães, ao defender sua proposta de emenda constitucional que torna obrigatório o cumprimento do projeto orçamentário aprovado pelo Congresso.

"O Congresso finge que discute o Orçamento e o governo finge que ele será executado"

Garibaldi Alves, que também criticou o modelo de Orçamento da União.

"O povo já mudou o nome do presidente para Luiz Imposto Lula da Silva"

Mão Santa, que criticou as mudanças no Imposto de Renda e a condução da política econômica.

"O Congresso é consequência do que a sociedade quer. Se a sociedade quiser, continua a conviver com esse sistema, mas pode participar com uma pressão sadia para mudar"

Renan Calheiros, que pediu ajuda da sociedade para a construção de uma agenda do Congresso destacando a reforma política.

"A atividade parlamentar vem se tornando parte de um comércio, demonstrando que os interesses individuais estão se sobrepondo aos interesses da coletividade"

Tião Viana, criticando as constantes mudanças partidárias de parlamentares.

"O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, é um ingrato que já esqueceu os votos que o elegeram senador por Sergipe. Ele e o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, são os coveiros do estado"

Almeida Lima, em protesto contra a decisão da Petrobras de construir uma refinaria em Pernambuco, para ele uma "medida equivocada e irresponsável".

Foto da Semana

Em sua primeira reunião depois de eleita, a Mesa do Senado decidiu cortar gastos correspondentes a R\$ 10 milhões no orçamento da Casa deste ano. De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros (C), o objetivo da medida é contribuir para a redução dos gastos públicos. Os cortes se referem a despesas com passagens, hospedagens, diárias e telefones.



OSÉ CRUZ/ABR

Rádio debate reforma política

A reforma política já foi declarada prioridade do ano pelos líderes partidários e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A proposta deve tratar de temas polêmicos como a fidelidade partidária e o financiamento público das campanhas, entre outros itens.

A Rádio Senado debate a mudança do sistema político-partidário no programa *Conexão Senado*, que será apresentado nesta segunda-feira, às 12h. Além dos principais protagonistas da discussão no Congresso, a atração também conta com a presença de cientistas políticos. Os ouvintes também podem participar formulando perguntas pelo telefone 61 311-1261 ou pelo endereço eletrônico conexão@senado.gov.br.

Na programação musical, o destaque é o *Escala Brasileira*,



A aproximação entre o Brasil de Lula e a Venezuela de Chávez deverá ser um dos itens em debate no *Diplomacia*, da TV Senado

que entrevista a cantora Vanessa Pinheiro. O programa vai ao ar na quinta-feira, às 23h, com reprise no sábado, às 20h. Vanessa Pinheiro é uma jovem cantora, compositora e violonista, que em seu primeiro álbum, que leva o seu nome, conta com a presença

de músicos renomados como Marcelo Martins e Carlos Malta, entre outros.

TV Senado analisa política externa do governo Lula
O programa *Diplomacia*, da TV Senado, promove um balanço

sobre os dois anos da política externa do governo Lula. Participam do debate o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Pio, e os senadores Cristovam Buarque (PT-DF), presidente da Comissão de Relações Exteriores, Eduardo Suplicy (PT-SP), seu antecessor no cargo, e Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB. O programa é apresentado no sábado, às 11h30, com reprise no domingo, às 9h.

Além disso, o *Espaço Cultural* apresenta os músicos paulistas Renato Braz e Simone Guimarães, os mineiros Nivaldo Ornelas e Jurez Moreira e a mato-grossense Vera Capilé. Na apresentação, músicas de Tom Jobim, Vinícius de Moraes e Baden Powell, entre outros. O programa vai ao ar no sábado, às 21h30, com reprise no domingo, às 14h30.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Textos retratam cidadania através dos séculos

ALEXANDRE GUIMARÃES

Os oito volumes da coleção *Leituras sobre a Cidadania*, editados pelo professor Walter Costa Porto, reúnem escritos de vários especialistas na matéria de modo didático. A interessante obra permite uma compreensão precisa e ampla do tema.

O volume 1, *Cidadania e classe social*, traz texto do sociólogo T. H. Marshall, em que destaca o papel dos direitos sociais no seu entrelaçamento com os direitos da cidadania e a força desses ao decompor a estrutura das desigualdades sociais.

A *cidadania na Grécia e em Roma*, volume 2, inicia o estudo da cidadania através dos tempos. O historiador francês A. Croizet analisa a cidadania grega, enquanto o brasileiro Genuíno Amazonas de Figueiredo estuda os romanos. Nelson Saldanha, em *A Cidadania na Inglaterra*, volume 3, traça um histórico da legislação inglesa que garantia direitos aos cidadãos, desde a *Carta Magna*, de 1215, até a *Lei sobre o Parlamento*, de 1911. O quarto volume, com textos de Carl L. Becker e Herbert J. Storing, explica a evolução de *A Cidadania nos EUA*.

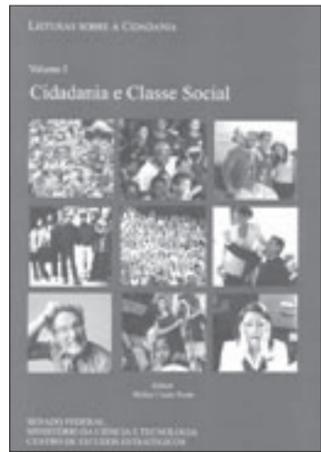
Três dos maiores estudiosos do século 20, Benedetto Croce, E. H. Carr e Raymond Aron, estudam a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* e a

Declaração universal dos direitos do homem, no volume 5.

O professor João Batista Cascudo Rodrigues apresenta a evolução dos direitos da mulher no século 20 no sexto volume, *A cidadania e a mulher*.

Por fim, os dois últimos volumes, *A cidadania no Brasil I – o índio e o escravo negro* e *A cidadania no Brasil II – o voto*, trazem importantes ensaios de Manuel da Costa Miranda, Alípio Bandeira, Décio Freitas, José Antônio Soares de Souza, José da Costa Porto, Agenor de Roure, Francisco Belisário Soares de Souza e Gilberto Amado.

Para o autor, a obra, editada pelas *Edições do Senado*, é base histórica e sociológica para a tomada de consciência e a afirmação da consciência cidadã no Brasil.



Alexandre Guimarães é consultor-geral legislativo do Senado Federal. A coleção *Leituras sobre a Cidadania* foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado. Cada exemplar custa R\$ 25 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

Conheça o Senado

Atribuições da Casa vão muito além de propor leis

Além de propor e discutir projetos de interesse nacional, o Senado tem uma série de atribuições privativas, determinadas pela Constituição, que dão à Casa extrema importância no contexto político brasileiro. Grande parte dessas prerrogativas é exercida pelas comissões temáticas da Casa, que ainda dividem com o Plenário a responsabilidade de votar as propostas em exame.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é a que concentra o maior número das atribuições privativas do Senado. Ela é responsável pela autorização de empréstimos internacionais ao governo, pela fixação dos limites das dívidas dos municípios, dos es-

tados e da União e pela aprovação dos nomes de autoridades como os diretores e presidentes do Banco Central, além dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), que são convocados pela CAE e sabatinados pelos senadores.

Outros colegiados também atuam na escolha de autoridades. À Comissão de Relações Exteriores (CRE) cabe autorizar os nomes dos diplomatas indicados para chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior.

As nomeações de magistrados, como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do procurador-geral da República, são discutidas pelos membros da Comissão

Autorizar créditos internacionais e aprovar indicação de embaixadores estão entre os papéis do Senado

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os indicados são questionados pelos senadores em audiência. Compete ainda a diversos colegiados examinar as designações de diretores para as agências reguladoras.

O Senado funciona ainda como órgão Judiciário. Ele é responsável, quando autorizado pela Câmara dos Deputados, pelo julgamento do presidente, vice-presidente, ministros e comandantes das Forças Armadas, nos crimes de responsabilidade. Também analisa processos similares contra o advogado-geral da União e o procurador-geral da República, estando todos os casos sob o comando do presidente do STF.

ESPECIAL

Diploma Bertha Lutz será entregue no dia 10

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu, na quarta-feira (23), as cinco agraciadas com o diploma em 2005. O prêmio foi instituído há quatro anos pela Mesa do Senado Federal, para homenagear aquelas que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos da mulher. As mais votadas deste ano foram: Clara Charf, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Sudeste); a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes (Nordeste); a jornalista Palmerinda Donato (Centro-Oeste); a gari Rozeli da Silva (Sul); e a pediatra Zilda Arns (Sul).

As mulheres são escolhidas por um júri formado por nove senadores. Na premiação deste ano, o conselho analisou mais de 60 currículos, de acordo com a presidente do colegiado, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). As cinco receberão o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em



Serys lembra que o diploma homenageia todas as mulheres que lutam por seus direitos e por melhores condições de vida

sessão no próximo dia 10, quando também será prestada homenagem à missionária Dorothy Stang, recentemente assassinada no Pará, e aberto oficialmente o Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.

De acordo com a parlamentar, elas representam todas as mulhe-

res brasileiras.

– O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é uma homenagem a todas as mulheres que lutam para sustentar seus filhos, que lutam pela terra, pela moradia, pelo trabalho e melhoria das condições de vida dos seus filhos e familiares – assinalou.

Sarney presidirá Conselho Editorial

O ex-presidente do Senado José Sarney (PMDB-AP) será o novo presidente do Conselho Editorial, organismo encarregado de editar obras de valor histórico e cultural que sejam importantes para a compreensão da política, da economia e da sociedade brasileira, assim como para uma reflexão sobre os destinos do país. O anúncio foi feito na quarta-feira pelo líder do PMDB, senador Ney Su-

assuna (PB). Ao Conselho Editorial compete formular a política editorial do Senado, estabelecer normas de editoração, aprovar programa de publicações e supervisionar sua execução. Cabe também a esse conselho avaliar e opinar sobre as matérias submetidas a publicação, de acordo com a política, as normas e o programa editorial do Senado.



José Sarney

Conheça o Senado

Atribuições da Casa vão muito além de propor leis

Além de propor e discutir projetos de interesse nacional, o Senado tem uma série de atribuições privativas, determinadas pela Constituição, que dão à Casa extrema importância no contexto político brasileiro. Grande parte dessas prerrogativas é exercida pelas comissões temáticas da Casa, que ainda dividem com o Plenário a responsabilidade de votar as propostas em exame.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é a que concentra o maior número das atribuições privativas do Senado. Ela é responsável pela autorização de empréstimos internacionais ao governo, pela fixação dos limites das dívidas dos municípios, dos es-

tados e da União e pela aprovação dos nomes de autoridades como os diretores e presidentes do Banco Central, além dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), que são convocados pela CAE e sabatinados pelos senadores.

Outros colegiados também atuam na escolha de autoridades. À Comissão de Relações Exteriores (CRE) cabe autorizar os nomes dos diplomatas indicados para chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior.

As nomeações de magistrados, como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do procurador-geral da República, são discutidas pelos membros da Comissão

Autorizar créditos internacionais e aprovar indicação de embaixadores estão entre os papéis do Senado

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os indicados são questionados pelos senadores em audiência. Compete ainda a diversos colegiados examinar as designações de diretores para as agências reguladoras.

O Senado funciona ainda como órgão Judiciário. Ele é responsável, quando autorizado pela Câmara dos Deputados, pelo julgamento do presidente, vice-presidente, ministros e comandantes das Forças Armadas, nos crimes de responsabilidade. Também analisa processos similares contra o advogado-geral da União e o procurador-geral da República, estando todos os casos sob o comando do presidente do STF.



MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Planejamento familiar: direito de escolha

Ter ou não ter filhos? Quando tê-los ou como evitá-los? Responder a essas perguntas significa fazer planejamento familiar. De acordo com a Constituição e com a Lei 9.263/96, o Estado deve dar condições para que homens e mulheres tenham acesso a informações, meios, métodos e técnicas para a regulação da sua fecundidade. Planejamento familiar é o direito que os cidadãos têm de decidir, livre e responsabilmente, sobre o número de filhos e quando tê-los. É diferente do controle de natalidade, vetado por lei, em que o Estado define o número máximo de filhos para cada família.

Segundo o relatório "Situação da População Mundial 2004", da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 23 milhões de nascimentos não são planejados e 22 milhões de abortos são induzidos no mundo, a cada ano. No Brasil, de acordo

com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ocorrem anualmente 1,4 milhão de abortos. O abortamento é a quarta causa de óbito materno no país.

A política de planejamento familiar vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Saúde em parceria com estados, municípios e organizações da sociedade civil. O Sistema Único de Saúde (SUS) distribui preservativos e outros métodos contraceptivos. A laqueadura e as pílulas anticoncepcionais são as opções mais utilizadas pelas mulheres.

Para escolher a melhor maneira de evitar a gravidez, deve-se considerar o estado de saúde, os efeitos colaterais, o comportamento sexual, a segurança e o custo do método contraceptivo. O uso de preservativos feminino ou masculino também previne contra doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids.



GUILHERME FILHO/SECOM-MT

A Constituição garante aos cidadãos o direito de decidir, de forma livre e responsável, o número de filhos que querem ter e quando tê-los

Métodos contraceptivos

Camisinha masculina - o preservativo é uma capa de borracha que deve ser colocada no pênis antes do contato sexual e retirado após a ejaculação. Alguns são lubrificados e/ou revestidos com espermicidas. É o único método contraceptivo que protege contra doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo a Aids. É o mais indicado para as pessoas que não contam com um parceiro sexual fixo.



Camisinha feminina - feita de poliuretano e medindo 16 centímetros, tem uma espécie de anel em cada uma de suas extremidades para facilitar a colocação e fixação na parte interna da vagina. Pode ser colocada até oito horas antes da relação sexual. Também protege contra as DSTs e deve ser trocada a cada ato sexual.



Diafragma - capa de borracha ou silicone, com uma borda em forma de anel flexível, que é posicionada no fundo da vagina, impedindo a passagem de espermatozoides. Deve ser colocada antes do ato sexual e retirada até oito horas depois. Um médico deve indicar o tamanho adequado para cada mulher.



Minipílulas - contêm uma dosagem pequena do hormônio progesterona. São indicadas para mulheres que estão amamentando e que desejam fazer uso da pílula como método anticoncepcional.

Laqueadura ou ligadura de trompas - a técnica consiste no corte ou grampeamento das trompas de falópio, que ligam os ovários ao útero, para impedir a passagem do óvulo. Só pode ser feita em mulheres com mais de 25 anos ou com pelo menos dois filhos, conforme a Lei 9.263/96. Não é recomendada para mulheres jovens e para aquelas que ainda desejam ter filhos porque pode ser irreversível.



DIU (Dispositivo Intra-Uterino) - é uma pequena peça de plástico, revestida de cobre, geralmente em forma de "T", colocada por um médico dentro do útero da mulher. Dura em média quatro anos. É necessário ter acompanhamento médico. Apresenta efeitos colaterais.

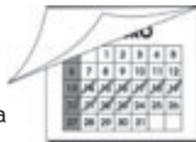


Anticoncepcionais hormonais - mais conhecidos na forma de pílulas, impedem a ovulação. Quando usados corretamente, são bastante eficazes. Devem ser prescritos por um médico, já que existem vários tipos, com diferentes combinações de hormônios e dosagens. Podem ser de uso oral, vaginal, por meio de adesivo ou injetável, em dose mensal ou trimestral. Apresentam contra-indicações e efeitos colaterais.

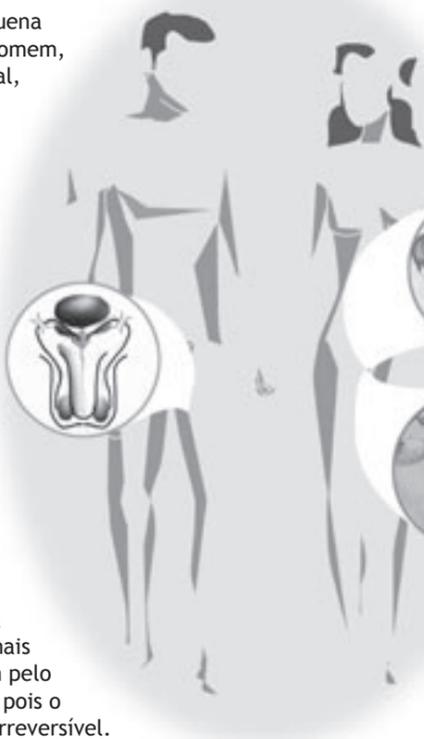
Espermicidas - são produtos em forma de creme, geléia, espuma ou óvulos que devem ser colocados na vagina de 20 a 30 minutos antes da penetração. Têm a capacidade de matar os espermatozoides, mas têm baixa eficácia e devem ser usados com o preservativo ou o diafragma.

Pílula Anticoncepcional de Emergência (AE) - conhecida como pílula do dia seguinte, é indicada quando ocorre uma exposição não planejada à gravidez, como em casos de violência sexual ou ruptura do preservativo. Contém uma alta dose de hormônios, que impede a fixação do óvulo fecundado na parede do útero. Por isso, é considerada abortiva pela Igreja Católica. Deve ser usada até 72 horas após a relação sexual. Apresenta efeitos colaterais.

Tabelinha - a tabelinha consiste em evitar relações sexuais desprotegidas no período fértil da mulher (período de provável ovulação). Não é um método seguro, pois só funciona em ciclos menstruais regulares (28-32 dias). O casal deve evitar o coito desprotegido cerca de cinco dias antes e cinco dias depois do provável dia da ovulação, que geralmente ocorre 14 dias antes da próxima menstruação.



Vasectomia - pequena cirurgia feita no homem, com anestesia local, para impedir a circulação dos espermatozoides produzidos nos testículos. O procedimento não interfere na produção de hormônios nem no desempenho sexual. Um exame deve ser feito após a cirurgia para confirmar a ausência de espermatozoides no sêmen. Pela Lei 9.263/96, só pode ser realizada em homens com mais de 25 anos ou com pelo menos dois filhos, pois o método pode ser irreversível.



Procure orientação médica para saber qual o melhor método contraceptivo a ser adotado. Para adquiri-lo por intermédio do SUS, procure o posto de saúde de sua localidade ou informe-se na Secretaria Municipal de Saúde sobre os locais onde eles são distribuídos. Segundo o Ministério da Saúde, 431 instituições médicas estão habilitadas para fazer as cirurgias de laqueadura e vasectomia pelo SUS. Mais informações pelo Disque Saúde.

Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Disque Medicamentos:
0800 644-0644

Disque Saúde Mulher:
0800 644-0803

Ministério da Saúde
Tel.: (61) 315-2425
www.saude.gov.br

Ouvidoria do SUS
SEPN 511 Bloco C Ed. Bittar IV
70750-543 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 448-8900 e 448-8926

Programa Nacional de DST
e Aids
Informa os locais de
distribuição de preservativos

no país e como usá-los
corretamente
www.aids.gov.br

Sociedade Brasileira para
Reprodução Humana
Tel.: (11) 5055-6494
www.sbrh.med.br

Rede Nacional Feminista
de Saúde e Direitos
Reprodutivos
Tel.: (11) 3813-9767
www.redesaude.org.br

Rede Brasileira de
Promoção de Informação
e Disponibilização da
Contracepção de Emergência
Tel.: (11) 3091-4985
www.redece.org

Tratamentos para engravidar não são acessíveis

O planejamento familiar inclui também a superação de dificuldades para engravidar. Porém, ao contrário dos métodos contraceptivos, tratamentos contra infertilidade são pouco acessíveis. Nem o SUS nem os planos privados de saúde cobrem despesas com reprodução assistida, como inseminação artificial intra-uterina e fertilização *in vitro*.

Os poucos serviços públicos de reprodução humana disponíveis estão vinculados às secretarias estaduais de Saúde ou a hospitais



universitários. No DF, são oferecidos pelo Hospital Regional da Asa Sul (Hras); em São Paulo, pelo Centro de Referência em Saúde da Mulher; e no Recife, pelo Instituto

Materno Infantil de Pernambuco (Imip). No Brasil, há cerca de 2,1 milhões de casais com problemas de fertilidade.

Em 2004, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que regulamenta a reprodução assistida. Aguardando exame da Câmara, a proposta que proíbe a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical. A doação de gametas e embriões pode ser feita, desde que os doadores não sejam remunerados.